

Religião e sociedade: Hegemonia ou submissão 2

Marcelo Máximo Purificação
Marcelo Aparecido da Silva
Mércia Marta Medeiros
(Organizadores)



Atena
Editora
Ano 2022



Religião e sociedade: Hegemonia ou submissão 2

Marcelo Máximo Purificação
Marcelo Aparecido da Silva
Mércia Marta Medeiros
(Organizadores)



Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Religião e sociedade: hegemonia ou submissão 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Marcelo Máximo Purificação
Marcelo Aparecido da Silva
Mércia Marta Medeiros

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R382 Religião e sociedade: hegemonia ou submissão 2 / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Marcelo Aparecido da Silva, Mércia Marta Medeiros. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0265-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.657222505>

1. Religião. 2. Sociedade. I. Purificação, Marcelo Máximo (Organizador). II. Silva, Marcelo Aparecido da (Organizador). III. Medeiros, Mércia Marta (Organizadora). IV. Título.

CDD 200

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Caros leitores, saudações.







Apresentamos o e-book “Religião e sociedade: Hegemonia ou submissão 2” que alarga a discussão em torno da religião e de sua atuação nos mais variados setores da sociedade contemporânea. Um e-book estruturado em seis capítulos construídos a partir de estudos desenvolvidos por pesquisadores de diversos contextos, que embasando-se em teóricos da Filosofia, Teologia e da Sociologia da Religião, organizaram seus discursos interligando religião e sociedade. O primeiro capítulo apresenta a terapia grupal psicológica em diálogo com a diversidade religiosa e uma cultura de paz em um ambiente da terapia grupal psicológica, com o objetivo de investigar ações interativas entre membros da psicoterapia de grupo na convivência. O segundo capítulo, apresenta mudança das estruturas, especialmente as políticas, vista como a nova missão da igreja ao mundo. Traz Moltmann e o desenho de uma teologia que acolhe o futuro, procurando contribuir com a sociedade no sentido de que a igreja tem como principal tarefa o envolvimento com a formação da sociedade. O terceiro capítulo, tem o objetivo de demonstrar o esforço ecumênico atual, a partir da comparação entre o Capítulo VIII da Lumen Gentium com o documento de Dombes. O quarto capítulo, descreve como o jovem libanês define a si mesmo para identificar possíveis convergências entre grupos confessionais islâmicos e cristãos. O quinto capítulo, discute os arranjos político-jurídicos, em torno do tema da laicidade do Estado brasileiro, que foram utilizados para lidar com as demandas das religiões de matriz africana e afro-brasileiras e, por fim, o sexto capítulo, traz no contexto a perspectiva do sujeito contemporâneo voltado para um hedonismo, enquanto individualismo. Contudo, temos um aparato rico de reflexões envolvendo a religião e a sociedade, que muito pode contribuir para novas discussões na atualidade. Com isso, desejamos a todos uma excelente leitura.

Marcelo Máximo Purificação

Marcelo Aparecido da Silva

Mércia Marta Medeiros

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
GRUPOS PSICOTERAPÊUTICOS EM DIÁLOGO COM A DIVERSIDADE RELIGIOSA E A CULTURA DE PAZ Marineide Felix de Queiroz Brito  https://doi.org/10.22533/at.ed.6572225051	
CAPÍTULO 2	8
ESPERANÇA NO HORIZONTE DO REINO DE DEUS Alex da Silva Mendes  https://doi.org/10.22533/at.ed.6572225052	
CAPÍTULO 3	15
DIÁLOGO ECUMÊNICO SOBRE MARIA: APROXIMAÇÃO DO CAPÍTULO VIII DA <i>LUMEN GENTIUM</i> COM O DOCUMENTO DE DOMBES Leila Maria Orlandi Ribeiro  https://doi.org/10.22533/at.ed.6572225053	
CAPÍTULO 4	23
IDENTIDADE CULTURAL E RELIGIOSA DO JOVEM LIBANÊS NO CONTEXTO DA HONRA E DA VERGONHA Walid Gewehr Reda Germana Ponce de Leon Ramírez  https://doi.org/10.22533/at.ed.6572225054	
CAPÍTULO 5	31
LAICIDADE DO ESTADO E O OLHAR DO POVO DE AXÉ: AVANÇOS E RETROCESSO DA LIBERDADE RELIGIOSA NO BRASIL Juliano Aparecido Rinck  https://doi.org/10.22533/at.ed.6572225055	
CAPÍTULO 6	44
REPENSANDO O SUJEITO CONTEMPORÂNEO E SUA BUSCA PELO “SAGRADO” NA SOCIEDADE DA SEDUÇÃO Marjone Socorro Farias de Vasconcelos Leite  https://doi.org/10.22533/at.ed.6572225056	
SOBRE OS ORGANIZADORES	52
ÍNDICE REMISSIVO	54

CAPÍTULO 1

GRUPOS PSICOTERAPÊUTICOS EM DIÁLOGO COM A DIVERSIDADE RELIGIOSA E A CULTURA DE PAZ

Data de aceite: 02/05/2022

Marineide Felix de Queiroz Brito

Mestra em Ciências das Religiões pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Psicóloga Clínica da Policlínica Municipal de Goiana/PE. Membro do Grupo de Pesquisa FIDELID (UFPB)

RESUMO: Este trabalho apresenta a terapia grupal psicológica em diálogo com a diversidade religiosa e uma cultura de paz em um ambiente da terapia grupal psicológica. Tem como objetivo geral investigar ações interativas entre membros da psicoterapia de grupo na convivência. É necessária a conscientização da harmonia em busca da paz, ou seja, a socialização entre os indivíduos da terapia grupal. A fundamentação teórica envolve uma pesquisa bibliográfica alicerçada em autores como Ribeiro (2017), Silveira (2020), Usarki (2007), que nos dão base aos nossos escritos. Empregamos como nossa metodologia a pesquisa de campo observacional e descritiva. Nos grupos psicoterápicos, como resultado, percebemos que a presença da diversidade religiosa exige uma constante vigilância dos coordenadores responsáveis pelos grupos para a manutenção do diálogo inter-religioso e a cultura de paz entre seus participantes.

PALAVRAS-CHAVE: Grupos psicoterapêuticos; diversidade religiosa; cultura de paz.

ABSTRACT: This journal presents psychological

group therapy in dialogue with religious diversity and a culture of peace in a psychological group therapy environment. Its general objective is to investigate interactive actions between members of group psychotherapy in coexistence. It is necessary to raise awareness of harmony in search of peace, that is, socialization among individuals in group therapy. The theoretical foundation involves a bibliographic research based on authors such as Ribeiro (2017), Silveira (2020), Usoki (2007), who give us the basis for our writings. We used observational and descriptive field research as our methodology. In psychotherapeutic groups, as a result, we realized that the presence of religious diversity requires constant vigilance by the coordinators responsible for the groups to maintain interreligious dialogue and a culture of peace among its participants.

KEYWORDS: Psychotherapeutic groups; religious diversity; culture of peace.

1 | INTRODUÇÃO

O trabalho sobre grupos psicoterapêuticos em diálogo com a diversidade cultural religiosa e a cultura de paz apresenta um desafio para o bom êxito das atividades psicológicas. Acreditamos que uma convivência saudável e amigável entre as pessoas é imprescindível nas diferenças culturais religiosas. A educação em cidadania nos favorece para as aprendizagens de convívio entre as pessoas, na compreensão das variadas diferenças de cada ser humano. “Consideramos a cultura um patrimônio da

humanidade que transmite conhecimento, bem como preserva a memória e os valores de gerações a gerações[...]" (HOLMES, 2016. p. 48).

A ideia de realizar uma pesquisa sobre estes relevantes temas surgiu dos desafios junto às pessoas com as suas diferentes crenças religiosas, tradições e valores pessoais. Enquanto pesquisadores, achamos necessário adquirir conhecimentos para um entendimento da diversidade cultural, diálogo inter-religioso e cultura de paz.

Não é nada fácil construirmos, em grupos de pessoas que fazem seus tratamentos psicológicos, uma cultura de paz, respeitando as liberdades de crenças religiosas de cada membro participante da terapia psicológica. O diálogo inter-religioso necessita estar presente no combate às intolerâncias e preconceitos religiosos. "A intolerância está na raiz das grandes tragédias mundiais. Foi ela que destruiu as culturas pré-colombianas e promoveu a inquisição e a caça às bruxas. (GUIMARÃES, 2004. p. 28).

Manter as relações interpessoais amistosas não é um papel nada fácil, porém não podemos deixar crescer os preconceitos e intolerâncias religiosas em qualquer meio social existente no nosso mundo e em especial no nosso campo de estudo com grupo de pessoas da terapia grupal, para se evitar qualquer tipo de marcas profundas psicológicas. "A expressão 'intolerância religiosa' tem sido utilizada para descrever um conjunto de ideologias e atitudes ofensivas a crenças, rituais e práticas religiosas consideradas não hegemônicas". (NOGUEIRA, 2020. p. 39).

Vale lembrar que as perseguições religiosas sempre existiram na história, e ainda existem atualmente, na convivência em sociedade. A tomada de consciência da presença da diversidade religiosa e a compreensão do seu significado contribuem para a construção dos valores pessoais e para o respeito às diferenças e diferentes. "É possível afirmar que a história humana se encontra repleta de confrontos religiosos. Todavia, se há confrontos, é preciso admitir que as organizações religiosas 'participam dos fluxos históricos que configuram povos, territórios e poderes políticos'". (PASSOS, 2007. p. 98).

A cultura de paz assegura a luta em prol do cumprimento e na promoção dos direitos humanos com a inclusão social entre os seres humanos e os direitos garantidos pela nossa Constituição Federal, por meio dos princípios da integralidade, equidade e universalidade.

De acordo com a UNESCO (2000), a cultura de paz tem como base oito pilares: 1. Educação para uma cultura de paz, 2. Tolerância e Solidariedade, 3. Participação democrática, 4. Fluxo de informações, 5. Desarmamento, 6. Direitos humanos, 7. Desenvolvimento sustentável, 8. Igualdade de gêneros.

Compreendemos que grandes são as dificuldades encontradas para a construção do diálogo inter-religioso e a cultura de paz no tão falado "grupos terapêuticos", com as suas variadas tradições culturais religiosas.

A pesquisa apresenta, como objeto de estudo, a investigação acerca do entendimento das interações e das divergências de intolerâncias e conflitos na terapia de grupo de psicologia, diante da convivência entre as pessoas participantes do processo

terapêutico, na Policlínica Municipal Nossa Senhora da Vitória, em Goiana-PE. O estudo não irá mensurar a existência do transcendente.

No foco do nosso trabalho de pesquisa apresentamos a seguinte questão: A construção do diálogo inter-religioso, nesses grupos psicoterapêuticos, poderá trazer facilidades de entendimentos entre seus membros participantes? Como esclarecer o respeito à diversidade religiosa presente nos grupos de terapia grupal psicológica? De que maneira podemos trabalhar as pessoas que participam da terapia grupal psicológica na compreensão de níveis mais profundos de cultura de paz?

Tivemos como objetivo geral desse estudo investigar dinâmica de ações interativas entre participantes da psicoterapia de grupo para uma convivência no respeito ao outro, possibilitando o diálogo inter-religioso e uma cultura de paz. “Precisamos disciplinar nossos pensamentos, nossas palavras e nossas ações, refletir sobre o que consideramos **valores** e retomar um sentido de humanidade, honrando nossa condição de seres humanos”. (VON, 2013. p. 21).

Os valores da cultura de paz devem estar inseridos nas qualidades mentais internas dos seres humanos, com combate aos olhares de indiferenças, intolerâncias, egoísmo e preconceitos, em seus variados campos de convivência da humanidade. A solidariedade e a bondade são os que almejamos encontrar nas pessoas, em especial nos grupos terapêuticos de psicologia.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este estudo necessitou de uma pesquisa bibliográfica, na busca de autores que ponderem sobre a diversidade religiosa, diálogo inter-religioso, cultura de paz, intolerância, psicologia grupal, espiritualidade, psicologia da religião, entre outros. “A liberdade de crença tem por principal característica o fato de ser interno à pessoa. Ela é ontologicamente inalienável, pois diz respeito à fé, aos valores e aos princípios que orientam a vida da pessoa, pois enraizados em seu modo de pensar”. (RIBEIRO, 2002, p. 36)

Na pesquisa em evidência, os grupos psicoterápicos são formados por homens e mulheres com idade a partir de 18 anos, que buscam ajuda psicológica em suas variadas situações de desconforto psíquico, e assim, frequentar uma terapia psicológica, seja ela individual ou de grupo, para proporcionar um bem-estar psicológico consigo mesmo. “O grupo de terapia se parece com uma família em muitos aspectos: existem figuras de autoridades/parenterais, figuras de irmãos/fraternas, revelações pessoais profundas, emoções fortes, e uma intimidade profunda, bem como sentimentos hostis e competitivos”. (YALLOM, 2006. p. 33-34).

Na citação do autor acima, constata-se a descrição das figuras representativas da maioria dos participantes dos grupos, em suas identificações, movidos pelo desejo interno psicológico manifestado pelos sentimentos familiares, de formas positivas, como um grupo

de irmãos, e orientados por uma “genitora”.

O bem-estar físico e mental foi sempre uma das grandes preocupações do ser humano e, para consegui-lo, o homem tem procurado as mais diversas formas, como o trabalho cotidiano, o culto religioso, a magia, a dança, o esporte, a vida em família – atividades que têm lhe proporcionado aquele revigoramento de que necessita para poder se sentir inteiro consigo mesmo. (RIBEIRO, 2017. p. 36).

O bem-estar individual proporciona mudanças comportamentais. Os participantes da terapia grupal partem em busca de satisfações pessoais a partir dos posicionamentos de cada um, as trocas de experiências enriquecem as forças pessoais. É importante que durante o processo terapêutico exista um diálogo entre os participantes.

“A educação para a paz entende os conflitos como elementos absolutamente fundamentais ao processo de cultura de paz, pois, a partir deles, são criadas novas formas de percepção, escuta e diálogo com o outro (pessoas ou grupos), favorecendo aspectos democráticos participativos”. (SALLES FILHO, 2019. p. 310).

O contexto ambiental da terapia psicológica em vários momentos propicia ocasiões para a manifestação de seus talentos pessoais, que são geralmente elogiados e valorizados pelos demais membros do grupo. “A psicologia da religião foi, sem dúvida, um dos embriões dos quais nasceu a própria psicologia moderna. Algumas grandes obras dos pioneiros da psicologia foram dedicadas a temas expressamente religiosos”. (USARKI, 2007. p.137).

Os estudos científicos da religião são de interesse da psicologia, em crescimento constante, nas nossas academias, na importância de uma aproximação científica com a fenomenologia da religião. Queremos lembrar da diversidade cultural religiosa encontrada nos grupos terapêuticos de psicologia, respeitando a liberdade de expressão por meio da educação, da cooperação e do diálogo inter-religioso e a cultura de paz. “A educação é um processo contínuo, que se prolonga durante toda a vida; não começa e nem termina na escola. Por isso, a educação para a tolerância deve estender-se a todos e ser praticada em todos os lugares: casa, escola, trabalho, locais de diversão e meios de comunicação”. (VON, 2013. p. 40).

A educação geradora de oportunidade de conhecimentos de diferentes culturas/crenças religiosas pode ser um dos meios eficazes em favor da prevenção da intolerância entre os indivíduos participantes da terapia grupal de psicologia. Com tolerância reinará a paz nos encontros psicoterápicos no que se refere a ensinar que as pessoas possuem direitos e liberdade de escolhas.

3 | METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica se fez com base em textos e livros de autores que esclareçam a diversidade cultural religiosa em grupos psicoterapêuticos na construção do diálogo inter-religioso e a cultura de paz. Nosso estudo foi de campo, caráter observacional

participante e descritivo.

A observação é uma técnica de coleta de dados, que se utiliza dos sentidos para a obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar. É um elemento básico da investigação científica, utilizado na pesquisa de campo. Ela ajuda o pesquisador na identificação e obtenção de provas que o levem a alcançar os objetivos propostos; desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade". (LAKATOS; MARCONI, 2019. p. 335).

A pesquisa se desenvolveu na Policlínica Municipal Nossa Senhora da Vitória, com pessoas participantes da terapia psicológica de maior idade, acima de 18 anos, homens e mulheres, alfabetizados e não alfabetizados.

A abordagem da pesquisa foi qualitativa e a análise dos dados foi demonstrada através de gráficos representativos.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho apresentou que a diversidade religiosa é muito presente nos grupos de terapia grupal e que o diálogo inter-religioso e a cultura de paz devem estar em constante vigilância, entre os participantes dos grupos terapêuticos. Acreditamos que pensar em um diálogo inter-religioso e na cultura de paz se constrói pelas práticas de respeito às diferenças e diferentes.

Salientamos que o convite para participar da pesquisa teve plena aceitação pelas pessoas que integraram os grupos psicológicos. Estavam compostos por pessoas envolventes, participativas e receptivas, com ótima frequência nas sessões terapêuticas semanais.

No artigo 1º da Declaração dos Direitos Humanos – ONU – 1948, estabelece: “Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”.

É importante dar às pessoas a liberdade de escolha, para além do chão da escola, na educação e na paz, no cultivo do amor e tolerância, reconhecendo os nossos limites e falhas. Precisamos transformar os conflitos religiosos em harmonia e conciliação também para com as pessoas que fazem da terapia de grupal psicológica.

Todos nós precisamos ter respeito para sermos respeitados, amor para sabermos amar de verdade e, com isso, promovermos a cultura de paz.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os valores humanos atuam diretamente ou indiretamente nas vidas das pessoas e no mundo. Mesmo diante de conflitos, intolerâncias e preconceitos religiosos existentes

nos grupos terapêuticos de psicologia devemos recorrer às superações das desavenças e intrigas na luta constante do diálogo e da paz e ao resgate da boa convivência, no acreditar do diálogo inter-religioso e da cultura de paz.

A liberdade religiosa é um direito de cada cidadão, garantida e assegurada por lei na nossa Constituição Federal Brasileira.

O campo educacional e a riqueza de conhecimentos na dimensão poderão abrir caminhos para as mudanças e novos olhares possibilitando reflexões para a convivência e valores para a nossa humanidade.

REFERÊNCIAS

BRITO, Marineide Felix de Queiroz. HOLMES, Maria José Torres. O Diálogo Inter-Religioso no Contexto Grupal Psicológico. *In*: Congresso Nacional de Ensino Religioso (CONERE), X.; Congresso Internacional de Teologia da PUCPR, V.; Congresso Latino-Americano de Educação e Ciências da Religião (CLAECIR), II., 2019, Curitiba/PR. *Anais* [...]. Florianópolis: FONAPER, 2020. v.1, p. 234-243. Disponível em: fonaper.com.br. Acesso em: 21 jun. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948. Paris.

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. *Um novo mundo é possível*. São Leopoldo: Ed. Sinodal, 2004.

HOLMES, Maria José Torres. *Ensino religioso: Esperanças e desafios – reflexões da práxis do cotidiano escolar*. Florianópolis: Saberes em diálogo, 2016.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

NOGUEIRA, Sidinei. *Intolerância Religiosa*. Feminismos Plurais. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

RIBEIRO, Jorge Ponciano. *Psicoterapia: teorias e técnicas psicoterápicas*. 3. Ed. São Paulo: Summus, 2017.

RIBEIRO, Milton. *Liberdade religiosa: uma proposta para debate*. São Paulo: Mackenzie, 2002.

SALLES FILHO, Nei Alberto. *Cultura de paz: Olhares a partir da complexidade*. Campinas, SP: Papyrus, 2019.

SILVEIRA, Emerson sena da. JUNQUEIRA, Sergio. *O ensino religioso na BNCC: teoria e prática para o ensino fundamental*. (org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Manifesto 2000 por uma cultura de paz e não-violência*. Brasília: Unesco, 2000.

USARKI, Frank (org.). *O espectro disciplinar da religião*. São Paulo: Paulinas, 2007.

VON, Cristina. *Cultura de paz: o que os indivíduos, grupos, escolas e organizações podem fazer pela paz no mundo*. 2. Ed. São Paulo: Petrópolis, 2013.

YALOM, Irvin. *Psicoterapia de Grupo: teoria e prática*. Tradução de Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Ed. S.A, 2006.

CAPÍTULO 2

ESPERANÇA NO HORIZONTE DO REINO DE DEUS

Data de aceite: 02/05/2022

Data de submissão: 01/04/2022

Alex da Silva Mendes

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
São Paulo – SP
<http://lattes.cnpq.br/6561686560959811>

RESUMO: Moltmann desenha uma teologia que acolhe o futuro, procurando contribuir com a sociedade no sentido de que a igreja tem como principal tarefa o envolvimento com a formação da sociedade. Sendo assim, este envolvimento importa em mudar estruturas governamentais, divisões econômicas, organizações, e tudo mais que é reconhecido como parte da sociedade. A mudança das estruturas, especialmente as políticas, é vista como a nova missão da igreja ao mundo. Estão dadas as tarefas da igreja quando esta, animada pela proclamação do reino de Deus, acolhe o futuro como horizonte de ação. Nesse sentido, a teologia moltmanniana ganha dimensões da práxis, pois no seu entender teologia ocorre onde pessoas chegam ao conhecimento de Deus e percebem a presença de Deus com todos os seus sentidos na práxis de sua vida, de sua felicidade e de seus sofrimentos. Uma vez entendido que o compromisso da igreja necessita ser social e político, Moltmann assegura que essas questões precisam deixar os cristãos intranquilos, favorecendo, portanto, a imersão nas questões políticas e sociais. Sendo assim, a teologia pública é reflexo da igreja que

publicamente testemunha ao mundo a vinda do reino.

PALAVRAS-CHAVE: Teologia pública. Práxis; Políticas sociais; Jürgen Moltmann.

HOPE ON THE HORIZON OF GOD'S KINGDOM

ABSTRACT: Moltmann designs a theology that welcomes the future, seeking to contribute to society in the sense that the church's main task is to be involved in the formation of society. Therefore, this involvement matters in changing government structures, economic divisions, organizations, and everything else that is recognized as part of society. Changing structures, especially policies, is seen as the church's new mission to the world. The tasks of the church are given when it, animated by the proclamation of the kingdom of God, welcomes the future as a horizon of action. In this sense, Moltmannian theology gains dimensions of praxis, because in his understanding, theology occurs where people come to the knowledge of God and perceive the presence of God with all their senses in the praxis of their life, their happiness and their sufferings. Once it is understood that the church's commitment needs to be social and political, Moltmann assures that these issues need to leave Christians uneasy, thus favoring immersion in political and social issues. Therefore, public theology is a reflection of the church that publicly witnesses to the world the coming of the kingdom.

KEYWORDS: Public theology. praxis; Social politics; Jürgen Moltmann.

1 | INTRODUÇÃO

Para Moltmann, (2004, p. 11) o alvo da teologia é a vida, nesse sentido, ele se expressa: “Para mim, a teologia ocorre onde pessoas chegam ao conhecimento de Deus e ‘percebem’ a presença de Deus com todos os seus sentidos na práxis da vida, de sua felicidade e de seus sofrimentos”. Uma teologia que não só comunica Deus, mas também se envolve com todos os sentidos da vida, não apenas a felicidade, mas também o sofrimento. Com essa definição de propósito e ação, Moltmann pensa em uma teologia pública, ou seja, uma teologia que não cabe em uma dogmática intra-eclesial ou pós-moderna apenas para a própria comunidade de fé (MOLTMANN, 2004, p. 13).

Está bem claro que, para Moltmann, a igreja não é o alvo final da teologia, antes ela é mediadora. É nesse sentido que é possível dizer que “a igreja não é o ponto de referência da teologia pública. Ela é um dos instrumentos de Deus para a dimensão pública do reino de Deus” (CUNHA, 2016, p. 285). Quando que a teologia que é produzida na igreja tem condições de ser pública? Quando a paixão pelo reino de Deus e sua justiça é visível na realidade eclesial. Assim, “como teologia do reino de Deus, ela é obrigatoriamente teologia missionária, que liga a igreja à sociedade e o povo de Deus aos povos da Terra. Ela torna-se uma teologia pública, que compartilha os sofrimentos desta época e que formula suas esperanças em Deus no lugar em que vivem” (MOLTMANN, 2004, p. 13). É dado o sentido de teologia pública em Moltmann. A primeira ideia é que “teologia pública se contrapõe à noção de uma teologia preocupada somente com assuntos internos da igreja” (SUNG, 2016, p. 189). A igreja, quando compreende os valores do reino de Deus, rompe com os muros e abraça a dimensão sociopolítica, considerando os desafios que a cidade impõe, como o pluralismo, o secularismo e a globalização.

2 | O REINO DE DEUS NA VIVÊNCIA COMUNITÁRIA

A igreja para Moltmann está para além das paredes de um templo. Ela não está presa a qualquer barreira, quer seja espacial quer seja doutrinária. É uma igreja para o mundo, para os povos. Uma igreja com pretensões de tornar públicos os valores do reino de Deus não poderiam apresentar um conceito espacial de igreja, ou seja, como um lugar determinado, uma morada definida, antes uma igreja que procura agir, ou seja, ela se define como uma igreja em ação. Assim, uma igreja que age “de maneira unificadora, santificante, evangelizadora, pela libertação do mundo” (MONDIN, 1980, p. 205).

A fim de ter essa dimensão *ad extra*, a igreja dispõe de um aparato organizacional que favorece a dinâmica *ad intra* dos participantes da comunidade de fé. Os elementos, que assim compõem, se dão a partir dos ministérios – onde pessoas desempenham suas funções como serviço ao outro e ao reino de Deus, sendo a diaconia um tema-chave na eclesiologia de Moltmann (MOLTMANN, 1987, p. 14). Além dos ministérios, a proclamação

do evangelho, o batismo, a ceia e o culto são trabalhados por Moltmann com dimensões de abertura ao mundo sendo, concomitantemente, elementos característicos da vida da igreja em sua dimensão interna.

Uma vez que a igreja “vive na história que é fundamentada pela ressurreição do Cristo crucificado e cujo futuro é o reino abrangente da liberdade”, ela é energizada pelo Espírito Santo, pois é o “poder presente dessa memória e dessa esperança (que) é chamado poder do Espírito Santo” (MOLTMANN, 2013, p. 259). Pelo poder do Espírito Santo, a igreja é capaz de entender, na fé em Cristo e na esperança pelo reino, como comunidade messiânica, [que] ela entenderá corretamente seu presente e seu caminho no presente e no processo do Espírito Santo (MOLTMANN, 2013, p. 259).

À igreja é dada a oportunidade de proclamação do evangelho, sendo ela mesma originária da proclamação apostólica do evangelho (MOLTMANN, 2013, p. 270). A proclamação se dá pela verbalização da mensagem do evangelho que tem como conteúdo a história de Cristo e a liberdade do ser humano para o reino que nela se abre (MOLTMANN, 2013, p. 270). Essa proclamação não pode ser caracterizada por uma linguagem hermética em que a comunidade consome seu próprio discurso, não havendo nenhum impacto em seu contexto vital. A revelação é algo de Deus, que a igreja atualiza - aqui Moltmann segue a teologia da palavra de Deus de Karl Barth - na proclamação do evangelho ao mundo (MOLTMANN, 2013, p. 272).

A proclamação do evangelho não pode ser um monopólio da comunidade de fé, pelo contrário, a proclamação do evangelho é a revelação do futuro de Deus que a igreja é chamada a proclamar como promotora do futuro (MOLTMANN, 2013, p. 287). Compreendendo-se assim, a proclamação da igreja tende a ser uma proclamação pública, porque “o evangelho se encontra no ambiente público de uma sociedade e muda sua forma junto com a mudança do espaço público social” (MOLTMANN, 2013, p. 291).

Ainda na dimensão comunitária Moltmann trata do batismo. O ato do batismo é a chamado para a liberdade do tempo messiânico. Para Moltmann o batismo não pode ser algo restrito apenas aos participantes da comunidade como uma maneira de dizer que a partir desse momento há uma fronteira entre os salvos (dentro da igreja) e os perdidos (aqueles que estão fora da igreja). Como o reino de Deus é a matriz dela qual a igreja atua, com o batismo a igreja “demonstra o início do reino de Deus na vida de uma pessoa e a conversão comunitária para seu futuro” (MOLTMANN, 2013, p. 294). Quando discute quanto ao foro do batismo, Moltmann privilegia o batismo de adultos, defendendo que o batismo infantil deveria ser ocupado pela bênção sobre as crianças no culto da comunidade”. O batismo é vocacional, pois com ele “o crente é chamado para a comunidade messiânica e vocacionado para o serviço libertador e criativo do reino”, portanto ele é um evento vocacional de inserção na comunidade e, ao mesmo tempo, de envio do mundo (MOLTMANN, 2013, p. 307).

Quanto à ceia do Senhor, Moltmann dá a sua contribuição teológica. Enquanto “o

batismo é o sinal escatológico da partida realizado uma vez por todas, assim a comunhão periódica e perseverante na mesa do Senhor é o sinal escatológico do caminho” (MOLTMANN, 2013, p.313). A ceia do Senhor tem a sua conotação escatológica, mas também comunitária. Sendo o batismo um evento vocacional para o serviço do reino de Deus, a ceia do Senhor é um convite aberto, pois a mesa é de Cristo e é ele quem convida a todos, pelo fato de que a igreja deve sua vida ao Senhor e sua comunhão, à ceia dele” (MOLTMANN 2013. p. 316).

Tratando da ceia do Senhor como um convite de Cristo aberto a todos, Moltmann critica o uso da ceia do Senhor para se praticar a disciplina eclesial por entender que, antes de qualquer outra coisa, a ceia do Senhor celebra a presença libertadora do Senhor (MOLTMANN, 2013, p. 316). Sendo assim, ela não pode ser elemento de controle de quem pode ou não participar de comunhão. A celebração da ceia do Senhor “é um convite tão aberto como as mãos estendidas de Cristo na cruz” (MOLTMANN, 2013. p. 317). A ceia do Senhor em Moltmann se dá na sua abertura irrestrita a todos, não importando as fronteiras confessionais (MOLTMANN, 2013, p. 318). Assumindo a condição escatológica da igreja, ou seja, ela participa do futuro de Deus, Moltmann não concebe uma celebração da ceia do Senhor limitada apenas aos fiéis da comunidade. A ceia do Senhor, no seu entender, “não se trata da refeição das pessoas especialmente justas ou das que se julgam especialmente fiéis, mas das pessoas cansadas e sobrecarregadas que ouviram o chamado para procurar alívio” (MOLTMANN, 2013, p. 332).

O culto e o festa da comunidade reunida que proclama o evangelho, responde a libertação que é oferecida, batiza pessoas com o sinal do êxodo e antecipa na mesa do Senhor a comunhão no reino de Deus. Não se trata de uma celebração reservada apenas aos preparados para tal rito antes é uma festa que celebra a presença de Deus como sinal da esperança messiânica (MOLTMANN, 2013, p. 334).

A configuração do culto não se dá como um ritual fechado em suas tradições e símbolos. O culto é visto como festa, “tem afinidade com o lúdico, que é desprezioso e aberto”. Como festa, o culto está aberto OS PESSOAS que dele queiram participar, principalmente as de fora (MOLTMANN 2013, p. 348).

A dimensão comunitária de uma igreja que tem como característica a abertura concilia o seu cotidiano como comunidade de fé através dos elementos que a caracteriza, como a proclamação do evangelho, o batismo a ceia do Senhor e o culto como meio de favorecer a graça de Deus no mundo. É uma igreja que na sua organização desenvolve a abertura de Cristo ao mundo quando proclama o evangelho da esperança messiânica: quando promove o batismo a partir da vocação para o reino de Deus quando celebra a ceia do Senhor como um convite para se assentar-se na mesa do Senhor como filhos de Deus, quando o culto não é uma reunião reservada aos membros da comunidade, mas também é uma oportunidade de celebrar uma festa com os que pertencem à comunidade de fé e com aqueles que se achegam para participar da festa.

3 | A ESPERANÇA NO REINO DE DEUS

Para Moltmann, a principal característica da igreja é a sua abertura para Deus, para o ser humano e para o futuro. Agindo assim, ela modifica o seu discurso, outrora privado, e o torna público. Essa abertura se dá em três direções: 1). Missão não é entendida como conquista, expansão, mas como a participação de toda a igreja na proclamação do reino de Deus; 2). É uma igreja ecumênica, pois entende que as demais igrejas estão comprometidas em comum com a missão messiânica de Cristo e que são a igreja do reino vindouro. Sendo assim, a igreja abre-se em diálogo e fraternidade para alcançar o bem comum; 3). É uma igreja política, pois assume a sociedade e procede com credibilidade porque não está atada a nenhuma ideologia, grupo, classes ou interesses particulares. Agindo assim, ela tem condições de sofrer, lutar com e pelo povo por paz e justiça. Nessa igreja, o batismo é um sinal de comprometimento dos membros com a tarefa do reino de Deus, e a ceia do Senhor nunca seria restrita, mas um convite a todos, porque é o chamamento do próprio Cristo para participar da mesa e do reino que vem.

Se a igreja não tiver esses elementos bíblico-teológicos como base de sua reflexão e discurso, a sua atividade pública será comprometida. Uma igreja que quer ser atuante na cidade precisa ter no seu esboço teológico a tarefa do reino de Deus e, por consequência, a quebra de preconceitos e exclusivismos, tornando-se aberta.

É possível tornar a igreja atuante na sociedade? Essa pergunta é pertinente e carece de desdobramentos. Mas essa possibilidade acontece quando a igreja assume a sua dimensão histórica, portanto, pode contribuir para a construção da história, assumindo assim sua vocação de continuadora do projeto do reino de Deus e, dessa maneira, comunica as promessas de Deus e faz chegar à justiça, à paz, à vida, à liberdade, à solidariedade, à verdade e ao amor na sociedade (MOLTMANN, 2003, p. 265).

Há algumas maneiras de tornar a igreja participante na esfera pública. Nos conselhos deliberados; nos órgãos federais, estaduais e municipais de saúde, segurança, direitos humanos e defesa de criança e do adolescente, no financiamento e manutenção de abrigos para crianças e adolescentes, assim como clínicas para dependentes químicos; na participação em audiências públicas, prestação de contos e associação de moradores. Esses seriam, de fato, o alvo da missão da igreja que articula *ad intra* uma teologia pública no horizonte de esperança, lamentando os valores do reino de Deus na cidade. Essa esperança, quando em contato com a cidade, “deve mostrar a sua força e dar razão de sua existência”. Essa esperança não é “passiva, mas ativa; é uma esperança que atua na história, que mobiliza o contexto em que se encontra e procura fazer com que o reino de Deus já aconteça em seu meio” (KUZMA, 2014, p. 109-200)

A igreja se faz num contexto social. Como ela não é uma ilha, fechada em si mesma, está em constante desafio ético-espiritual com seu contexto. Esse contexto se faz com mazelas: a pobreza evidente, a segregação de muitos do sistema econômico vigente, a

violência como resultado de marginalização social e educacional. Dentro desse contexto maior, há algumas versões de teologia pública. Há grupos religiosos que apresentam seu itinerário para os desafios da cidade. Uns se aliam ao discurso do sistema econômico; outros tomam medidas paliativas de assistencialismo; alguns não fazem nada mesmo para modificar a realidade, demonizando os problemas da cidade e isolando os fiéis do mundo. Isso é evidente na diversidade de tendências evangélicas no Brasil. No protestantismo histórico, a postura ante os desafios da cidade é, em alguns casos, de omissão. O foco foi centralizado no indivíduo: convertendo o indivíduo, convertem-se as estruturas. A intenção era formar cristãos autônomos e críticos, daí a ênfase protestante na educação secular. Comportamentos como esses, não acompanham mais as mudanças sociais, políticas e culturais pelas quais as cidades vêm passando. Há uma concepção cultural em que os valores são transvalorados, os costumes, antes reivindicados, são agora banalizados. A esperança parece ser uma miragem.... Por isso a necessidade de um discurso no espaço público que contribua para um horizonte de esperança, onde o reino de Deus tenha voz e vez. Nesse sentido, trazemos Moltmann para essa contribuição. Por suas categorias teológicas que favorecer o diálogo, mas também porque Moltmann “é um antecessor da atual compreensão de teologia pública” (CALDAS, 2016, p. 26).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao colocar a escatologia como esperança, Moltmann afirma que “ela toma seu ponto de partida em uma determinada realidade histórica e prediz o futuro da mesma, suas possibilidades futuras e sua eficácia futura” (MOLTMANN, 2011, p.30). Assim, estaremos contemplando “um Deus que olha com infinito respeito à autonomia de suas criaturas e cuja ação consiste em afirmá-las com um amor incondicional” (TORRES, 1995, p.248). As implicações a este respeito sobre a nossa autonomia não só sugerem a possibilidade do livre-arbítrio, que está associado à maturidade psicológica, como também da natureza humana de Deus. Assim, a esperança não seria algo que se adiciona à fé, ou que se anexa a ela, mas o outro lado da fé mesma, na medida em que ela se compreende como fé cristã (MOLTMANN, 2004, p. 53). Para Moltmann, nossa fé se alimenta da esperança em Deus, que é “aquele que vem” (Ap 4,8): “nós vivemos no tempo do advento de Deus” (MOLTMANN, 2008, p. 13). De acordo com a definição cristã, a escatologia aborda Jesus e seu futuro; conhece a realidade da ressurreição de Jesus e anuncia seu futuro (MOLTMANN, 2008, p. 31-32). Mais ainda do que a fé, é a esperança cristã que está direcionada para contemplar e fruir o cumprimento da promessa de Deus. A esperança pergunta à sua própria maneira pelo entendimento do porquê e do quê da sua esperança (MOLTMANN, 2004, p. 53). A esperança nessa vinda significaria o movimento do amor de Deus ganhando espaço na vida, na morte e na ressurreição de Jesus, para a qual fomos chamados e encontramos a nossa salvação (KESSLER, 2002, p.389-390). Portanto, a maturidade cristã

nos permite uma libertação da desesperança e das ilusões relacionadas à crise de sentido que enxergamos no mundo contemporâneo. A esperança, para Moltmann, preencheria o vazio que teria tomado conta do homem contemporâneo, e através dela seria possível tornar presente o Reino de Deus.

Portanto, em se tratando de fé cristã, para que a igreja de alguma contribuição à sociedade, é preciso que a comunidade de fé esteja alenta ao seu contexto imediato. Com isso poderá apontar perspectivas e/ou convergências que, de alguma maneira, possam contribuir para o bem comum, tendo como ponto de partida a mensagem e a práxis do evangelho de Cristo, o reino de Deus.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Carlos. **Paul Tillich e a teologia pública no Brasil**. São Paulo: Garimpo, 2016.

CALDAS, Carlos. **Dietrich Bonhoeffer e a teologia pública no Brasil**. São Paulo: Garimpo, 2016.

KUZMA, Cesar Augusto. **A esperança cristã: fundamentos e reflexões na teologia de Jürgen Moltmann**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007.

KESSLER, H. Cristologia. In: SCHNEIDER, T. **Manual de dogmática**. Vol. 1. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOLTMANN, Jürgen. **Experiências de reflexão teológica: caminhos e formas da teologia cristã**. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.

MOLTMANN, Jürgen. **Teologia da esperança: estudos sobre os fundamentos e as consequências de uma escatologia cristã**. São Paulo: Teológica, 2003.

MONDIN, Battista. **As novas eclesiologias: uma imagem mais atual da igreja**. São Paulo: Paulinas, 1984.

MOLTMANN, Jürgen. **Diaconia en el horizonte del reino de Dios**. hacia el diaconado de todos los creyentes. Santander: Sal Tarrae, 1987.

MOLTMANN, Jürgen. **Vida, esperança e justiça: um testamento teológico para a América Latina**. São Bernardo do Campo: Editeo, 2008.

SUNG, Jung Mo. Cristianismo como religião pública, pluralismo e diálogo. In: BARRETO JÚNIOR, Raimundo Cesar; CAVALCANTE, Ronaldo; ROSA, Wanderley Pereira da. (Orgs.). **Cristianismo como religião pública, pluralismo e diálogo**. Vitória: Faculdade Unida, 2016.

TORRES, A. Q. **Repensar a revelação: a revelação de Deus na realização humana**. São Paulo: Paulus, 1995.

CAPÍTULO 3

DIÁLOGO ECUMÊNICO SOBRE MARIA: APROXIMAÇÃO DO CAPÍTULO VIII DA *LUMEN GENTIUM* COM O DOCUMENTO DE DOMBES

Data de aceite: 02/05/2022

Data de submissão: 22/02/2022

Leila Maria Orlandi Ribeiro

FAJE – Faculdade Jesuíta de Teologia e
Filosofia
Belo Horizonte - BH.
<http://lattes.cnpq.br/7907993726802269>

RESUMO: O Concílio Vaticano II trouxe consigo a abertura da Igreja Católica ao diálogo ecumênico com outras denominações cristãs e iniciativas foram tomadas em especial no que diz respeito à visão de Maria por parte dos católicos e dos protestantes. O artigo intitulado “Diálogo ecumênico sobre Maria: aproximação do Capítulo VIII da *Lumen Gentium* com o documento de Dombes” tem o objetivo de demonstrar o esforço ecumênico atual, a partir da comparação entre os dois documentos. A metodologia utilizada é a da pesquisa bibliográfica, em particular no Documento de Dombes, na *Lumen Gentium* e no verbete “Concílio Vaticano II” de Salvatore Meo. A conclusão a que se chega é que Maria foi escolhida por Deus para a unidade entre os povos, aquela que inaugura o novo povo de Deus e conduz a humanidade a seu Filho Jesus, que morreu na cruz e ressuscitou por toda a humanidade. Maria precedeu os homens e mulheres no caminho da participação na glória do Cristo ressuscitado, e, como membro da Comunhão dos Santos, continua sua missão de promover a unidade entre os filhos e filhas que o

Senhor lhe confiou, até a vida eterna.

PALAVRAS-CHAVE: Ecumenismo. Maria. Dombes, *Lumen Gentium*.

ECUMENICAL DIALOGUE ON MARY: AN APPROXIMATION OF CHAPTER VIII OF *LUMEN GENTIUM* WITH THE DOMBES DOCUMENT

ABSTRACT: The Second Vatican Council brought with it the opening of the Catholic Church to ecumenical dialogue with other Christian denominations and initiatives were taken especially with regard to the vision of Mary on the part of Catholics and Protestants. The article entitled “Ecumenical dialogue on Mary: approximation of Chapter VIII of *Lumen Gentium* with the Dombes document” aims to demonstrate the current ecumenical effort, from the comparison between the two documents. The methodology used is that of bibliographic research, particularly in the Document of Dombes, in *Lumen Gentium* and in the entry “Vatican Council II” by Salvatore Meo. The conclusion reached is that God chose Mary for unity among peoples, the one who inaugurates the new people of God and leads humanity to her Son Jesus, who died on the cross and rose for all humanity. Mary preceded men and women on the path of sharing in the glory of the Risen Christ, and, as a member of the Communion of Saints, she continues her mission of promoting unity among the sons and daughters that the Lord has entrusted to her, until eternal life.

KEYWORDS: Ecumenism. Maria. Dombes, *Lumen Gentium*.

1 | INTRODUÇÃO

O Concílio Vaticano II trouxe uma virada ecumênica à Igreja Católica, com abertura ao diálogo com outras denominações cristãs. Destaca-se, neste caminho, os esforços para uma aproximação sobre a visão de Maria por parte dos católicos e dos protestantes.

Nos anos 60, as críticas à Mariologia, por um lado, beiravam ao maximalismo e por outro, ao minimalismo. Segundo Iwashita (2014, p. 554-571), as orientações unilaterais e triunfalistas sobre Maria, a abordagem da Mariologia como uma ciência independente do conjunto da dogmática, e a máxima sobre “A Jesus por Maria” levaram católicos e protestantes a vários embates sobre a figura de Maria nos Evangelhos. Conforme De Fiores (1985, p. 892-893), a crítica mais decisiva veio da área protestante, que viu na maximalização de Maria um desvio do Evangelho, com o predomínio da piedade popular, gerando um sincretismo entre a fé e a mitologia. De acordo com Libanio (2005), quanto às críticas, mais que uma batalha teológica, tratou-se de uma batalha simbólica, esbarrando em uma barreira afetiva. Para o autor,

Depois da proclamação dos dogmas marianos nos séculos XIX e XX, a devoção popular mariana atingira níveis bem elevados. A tradição protestante é muito sóbria em relação à Mariologia. Houve, por parte das confissões evangélicas, teologicamente consistentes, uma reformulação positiva em relação ao culto de Maria, embora denominações pentecostais e neopentecostais mais recentemente reajam contra a devoção mariana de maneira apaixonada. E, às vezes, os dois lados em oposição se extremam em suas atitudes (LIBANIO, 2005, p. 142).

Se, por um lado, a piedade popular levava ao máximo a devoção a Maria, a teologia evangélica se mantinha mais ponderada sobre a abordagem a respeito da Mãe do Filho de Deus. Após o Vaticano II, os católicos uniram seus esforços aos protestantes, no sentido de que Maria pudesse ser vista no conjunto da história da salvação, associada à obra redentora do seu Filho Jesus.

Este artigo tem, portanto, o objetivo de comparar a visão mariana do Documento de Dombes, formado por um grupo de estudiosos protestantes e católicos sobre Maria, e o Capítulo VIII da LG, no intuito de demonstrar as iniciativas ecumênicas que vêm sendo realizadas entre católicos e protestantes sobre Maria, Mãe do Filho de Deus. No decorrer do texto, abordam-se outras iniciativas de diálogo, como o dos católicos com os anglicanos, através da ARCIC, e com a Federação Luterana Mundial.

No empenho ecumênico, de acordo com Murad (2012, p. 24), há que se considerar, na reflexão sobre Maria, em primeiro lugar, os dados bíblicos sobre a Mãe de Jesus; depois, os dogmas marianos, que apresentam grande parte da reflexão sobre Maria; e, em terceiro lugar, o culto a Maria, que compreende a devoção e a liturgia. Sem estes três degraus, será consolidado somente o que a devoção popular afirma sobre Maria. Será, portanto, este o itinerário a ser percorrido neste artigo, tomando por base a comparação do Documento de

Dombes com o Capítulo VIII da *Lumen Gentium*.

2 I COMPARAÇÃO ENTRE O DOCUMENTO DE DOMBES E O CAPÍTULO VIII DA LUMEN GENTIUM NA INICIATIVA ECUMÊNICA SOBRE MARIA

O contexto ecumênico sobre Maria, segundo Dombes, se embasa no Evangelho e na referência ao Capítulo VIII do documento *Lumen Gentium*, do Vaticano II, que trata sobre a Igreja e tem seu capítulo VIII dedicado ao tema de Maria. E também o autor Salvatore Meo, faz elucidativos comentários sobre o assunto, no verbete Concílio Vaticano II, no Dicionário de Mariologia de De Fiores (1985, p. 302-306).

Em primeiro lugar, nota-se que o próprio título do Documento de Dombes, “Maria no desígnio de Deus e a Comunhão dos Santos”, aponta à proximidade de Maria com Cristo e com a Igreja. Do ponto de vista católico, a Mariologia está integrada com a Cristologia e com a Eclesiologia. E, segundo a teologia protestante, essa integração contribui para situar o papel de Maria na história da salvação. Este é, portanto, um critério comum, apontado pelos membros do grupo de Dombes, para a possibilidade do diálogo ecumênico entre as Igrejas.

Segundo Dombes, Maria, por ser testemunha da história da salvação, está na origem da comunhão dos santos e chama os fiéis à conversão a Cristo, já que, “encontrando-se Maria presente no desígnio de Deus e na origem da comunhão dos santos, cremos ser chamados, uns e outros, ... a uma permanente conversão a Jesus, o Cristo, concebido do Espírito Santo e nascido da Virgem Maria” (GD, n. 337). Vemos nesse grupo ecumênico o empenho e a seriedade nos estudos e reflexões sobre Maria a partir dos Evangelhos.

2.1 Maria em relação a Cristo

Apresentam-se a seguir os aspectos do Documento de Dombes e o Capítulo VIII da LG que dialogam entre si, no que se refere a Maria na sua relação com Cristo. Abordam-se, nesse sentido, o que dizem os documentos sobre: a) Maria, Mãe do Salvador, e b) Maria, Cooperadora do Redentor.

a) Maria, Mãe do Salvador

Na LG, a Virgem Maria ... é reconhecida e honrada como verdadeira Mãe de Deus, nosso Redentor. (LG, 53).

De acordo com Meo, o título “Mãe do Salvador” aponta para uma realidade que se refere não apenas à “mãe que, por virtude do Espírito Santo, concebe e gera virginalmente o Verbo de Deus feito homem, mas ela é também a mãe do Salvador, a quem presta cooperação materna constante” (MEO, S. Concílio Vaticano II, p. 302).

Já, para o grupo de Dombes (GD), Maria é Mãe que concebe virginalmente o Filho de Deus encarnado, como obra da graça, que suscita o seu “sim” (GD, n. 157).

Segundo Dombes, “Maria é mencionada, no Símbolo dos Apóstolos, em razão da função que desempenhou no mistério da salvação para o qual foi escolhida. Maria, virgem, mãe e serva, nos precede na fé no Verbo encarnado” (GD, n. 157).

Portanto, na visão ecumênica, Maria é Mãe do Filho de Deus.

b) Maria, Cooperadora do Redentor

Este é um dos pontos mais polêmicos entre cristãos e protestantes. O tema da cooperação de Maria com a obra da salvação, realizada por Jesus Cristo, é um dos pontos mais importantes para o enfoque ecumênico do Capítulo VIII da LG.

Segundo a LG, “Maria cooperou na obra do Salvador ... por obediência e por sua fé, esperança e caridade” (LG, n. 61). “Os títulos de Advogada, Auxiliadora, Medianeira, em nada diminuem ou acrescentam à dignidade e eficácia de Cristo, o único Mediador” (LG, n. 62). A única mediação, que é de Cristo, inclui os santos.

Para o grupo de Dombes (GD), “cooperar”, para uma criatura humana, é sempre “responder” na fé, na esperança e na caridade. Não há, então, forçosamente uma oposição entre a ‘cooperação’ no sentido católico assim expresso e a ‘resposta reconhecida do homem ao dom perfeito’, afirmada do lado protestante” (GD, n. 212).

Dessa forma, a cooperação de Maria na obra salvífica de seu Filho decorre da ação do Espírito, que dispõe o coração de Maria à obediência a Deus (GD, n. 215). Sendo Jesus o único mediador.

2.2 Maria na sua relação com a Igreja

Aqui há certa dificuldade de se abordar o papel de Maria junto aos cristãos, em âmbito ecumênico e são poucos os trechos que identificam para o tema no Documento de Dombes. Em respeito a Maria na sua relação com a Igreja, abordam-se os seguintes enfoques no documento de Dombes e na LG: a) a maternidade virginal dos discípulos; b) a função materna de Maria para a Igreja; c) Maria como modelo de virtudes; e d) Maria, começo da Igreja escatológica.

a) Maternidade de Maria sobre os discípulos

A LG considera Maria, verdadeiramente, Mãe dos membros (de Cristo) (LG, 53).

Já, o grupo de Dombes (n. 191) não reconhece a função materna de Maria para com os discípulos. Segundo Dombes (n. 184), essa função de Maria como mãe dos discípulos somente é afirmada no comentário do Evangelho de João (19,25-27).

b) Função materna de Maria para a Igreja

A função materna de Maria para a Igreja surge de sua cooperação com a obra salvífica de seu Filho para a humanidade, pois dessa obra nascem os novos irmãos de Cristo. Conforme a LG, por “seu exemplar perfeitíssimo na fé e na caridade, a Igreja católica... consagra a Maria, como mãe amantíssima, filial afeto” (LG, 53).

No encerramento do Concílio Vaticano II, o Papa Paulo VI dirige-se a Maria como Mãe da Igreja, porém, como ato devocional. Porém, Meo registra a ausência do título de Mãe da Igreja, no documento conciliar: “Na LG o concílio, mesmo chamando Maria de mãe amantíssima, mãe dos homens, mãe dos fiéis, mãe da graça, evitou designá-la como mãe da Igreja, para que não se pensasse que Maria havia de algum modo gerado a Igreja” (LG 60-62)” (MEO, S. Concílio Vaticano II, p. 304).

Já, para o grupo de Dombes, a maternidade de Maria somente é evocada à luz do pensamento de Lutero, que a considerava “mãe de cada membro da Igreja” e “mãe da Igreja de todos os tempos” (GD, n. 57). Porém, tal evocação não se estende à visão ecumênica em geral.

Os ecumenistas de Dombes assumem uma posição renovadora quanto a Maria, ao considerarem que ela reúne os crentes justificados pela graça e realiza a unidade do Corpo de Cristo, na terra e nos céus. No entanto, não reconhecem sua função materna para com os discípulos (GD, n. 191).

c) Figura da maternidade virginal

Meo se refere a Maria como a primeira que, de maneira eminente e singular, vive a maternidade virginal, e por isso representa a figura da própria igreja” (MEO, S. Concílio Vaticano II, p. 304). “Ela é a virgem que íntegra e puramente guarda a palavra dada ao Esposo” (LG, n. 64).

Para outros teólogos, segundo Dombes, declarar que a Virgem Maria foi sempre santa e imaculada é uma doutrina piedosa, segundo o culto da Igreja católica (n.45).

d) Maria, modelo de virtudes para a Igreja

Diz a LG: Maria “brilha como modelo de virtudes sobre toda a família dos eleitos” (LG, 65).

Nesse sentido, concorda o grupo de Dombes, ao afirmar que “é preciso imitar e considerar Maria como um exemplo, especialmente unindo-se à sua oração e ao seu louvor ao Pai” (GD, 286).

e) Maria, imagem e começo da Igreja escatológica

Um dos assuntos mais polêmicos do ponto de vista ecumênico refere-se aos dogmas marianos, pois os protestantes não os aceitam.

Segundo a LG, “a Mãe de Jesus, já glorificada de corpo e alma, é a imagem e o começo da Igreja como deverá ser consumada no tempo futuro” (LG, n. 68). Porém, confirma-se que a Assunção de Maria não é aceita como dogma pelos demais cristãos.

2.3 O culto a Maria

a) Fundamento, a natureza e a finalidade do culto a Maria

Para a LG, o culto a Maria guia os homens para que prestem adoração a Deus (LG,

51). Maria é “venerada pela Igreja com culto especial” (LG, 66) e “não falta entre os irmãos separados quem preste à Mãe do Senhor e Salvador o devido culto” (LG, 69).

Já, os protestantes não aceitam que se preste culto a Maria. O Grupo de Dombes recomenda, então, aos católicos, “libertar-se dos abusos no culto e na devoção popular” (GD, 306).

Na tentativa de comparar o Documento “Maria no desígnio de Deus e a Comunhão dos Santos” com o Capítulo VIII da LG, vimos como o Documento de Dombes recorre às fontes do Concílio Vaticano II, o que indica convergências teológico pastorais de cunho ecumênico.

No empenho ecumênico, citam-se a seguir: 1. O diálogo institucional da ARCIC (Comissão Internacional Anglicano-Católica Romana), que elaborou o livro “Maria: graça e esperança em Cristo”. 2. Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação, formulada pela Igreja Católica e a Federação Luterana Mundial. A finalidade é verificar rumos em comum seguidos pelo ecumenismo.

3 | DEMAIS INICIATIVAS EM COMUM DOS CATÓLICOS E PROTESTANTES

3.1 Diálogo institucional da ARCIC

O destaque da Comissão Internacional Anglicano-Católica Romana (1967) é a publicação do livro “Maria, graça e esperança em Cristo”. Nele, Maria é vista como aquela que deu à luz o “Senhor da glória” (ARCIC. Maria. 2005, n. 54).

Com o retorno às fontes, parte-se de Cristo como centro da história, inclusive quanto ao papel de Maria na fé cristã: “Vemos a economia da graça a partir do cumprimento em Cristo ‘retroagindo’ na história, rumo ao futuro em Cristo. Essa perspectiva oferece uma nova luz para considerar o lugar de Maria” (ARCIC. Maria. 2005, n. 52).

3.2 Declaração Conjunta (DC) sobre a Doutrina da Justificação, formulada pela Igreja Católica e a Federação Luterana Mundial

No diálogo ecumênico quanto à justificação pela fé e a necessidade das obras, católicos e luteranos declaram que a fé recebida no batismo é que justifica o cristão. Porém, pela infusão das virtudes sobrenaturais, o cristão não deve ficar sem obras, já que a fé atua pelo amor (DC, n. 25.316).

A doutrina da justificação por Jesus Cristo leva em consideração que a cooperação de Maria na obra salvífica de seu Filho está subordinada à redenção que Ele nos oferece, como nosso único Salvador. E a cooperação de Maria é apresentada como fruto da obra de Deus que olha “a pequenez de sua serva” (Lc 1,48).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os esforços de estudiosos sobre a visão ecumênica sobre Maria, dentre católicos e protestantes, têm como resultado um grande caminhar que tende a continuar na história dessas Igrejas.

Maria é vista como uma mulher do nosso tempo, participante da história de um povo determinado, esposa e mãe, guerreira, batalhadora, mulher especial na história do povo de Deus. Aquela que traz para os dias de hoje o exemplo da primeira e mais perfeita discípula, que conduz a comunidade a seu filho Jesus. Com este esforço ecumênico, evitam-se tanto os minimalismos como os maximalismos que podem acontecer em relação a Maria.

Católicos e protestantes concordam que Maria foi escolhida por Deus para a unidade entre os povos, aquela que inaugura o novo povo de Deus. Maria precedeu os homens e mulheres no caminho da participação na glória do Cristo ressuscitado, e, como membro da Comunhão dos Santos, continua sua missão de promover a unidade entre os filhos e filhas que o Senhor lhe confiou, até a vida eterna.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Lêda Ventura. Diálogo ecumênico sobre Maria: Um estudo teológico sobre a contribuição do Grupo de Dombes em aproximação com a *Lumen Gentium*. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/47088/47088.PDF>. Acesso em: 18.setembro.2021.

COMISSÃO INTERNACIONAL ANGLICANO-CATÓLICA ROMANA (ARCIC). Maria: graça e esperança em Cristo. São Paulo: Paulinas, 2005.

CORR, G. Anglicanos. In: DE FIORES, S.; MEO, S. (Org.). Dicionário de Mariologia. São Paulo: Paulus, 1995.

DE FIORES, Stefano, in: Novo Dicionário de Mariologia (NDM). São Paulo: Paulinas, 1985.

DOMBES, Documento de. (GD = Grupo de Dombes). MARÍA EN EL DESIGNIO DE DIOS Y LA COMUNIÓN DE LOS SANTOS. In Dialogo Ecuménico t. XXXIII, n. 105 (1998) 69-137. Aparecida: Santuário, 2010.

IWASHITA, Pedro K. CSSp. Maria no Vaticano II: renovação na Mariologia. In: Atualidade Teológica, Rio de Janeiro, v.48, p. L, set./dez.2014. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/24501/24501.PDF>. Acesso em: 18 de setembro de 2021.

LIBANIO, João Batista. Concílio Vaticano II. Em busca de uma primeira compreensão. São Paulo: Loyola, 2005.

MEO, Salvatore. Concílio Vaticano II. In: DE FIORES, S.; MEO, S. (Org.). Dicionário de Mariologia. São Paulo: Paulus, 1995.

MURAD, A. Maria, toda de Deus e tão humana: compêndio de mariologia. São Paulo: Paulinas: Santuário, 2012.

PAULO VI, Papa. Discurso na clausura da terceira sessão do Concílio Ecumênico Vaticano II. 21 de novembro de 1964. Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/speeches/1964/documents/hf_p-vi_spe_19641121_conclusions-iii-sessions.html. Acesso em: 17.set.2021.

CAPÍTULO 4

IDENTIDADE CULTURAL E RELIGIOSA DO JOVEM LIBANÊS NO CONTEXTO DA HONRA E DA VERGONHA

Data de aceite: 02/05/2022

Walid Gewehr Reda

Centro Universitário Adventista de São Paulo
Engenheiro Coelho, SP

Germana Ponce de Leon Ramírez

Centro Universitário Adventista de São Paulo
Engenheiro Coelho, SP

RESUMO: O Líbano possui 18 grupos religiosos reconhecidos pela sua Constituição, e pode ser considerado como uma sociedade multiétnica profundamente dividida, em que as relações entre jovens de diferentes grupos confessionais ainda é um tabu, sobretudo entre sunitas, xiitas e cristãos. Até 1975, o referido país, que era conhecido como a 'Suíça do Oriente', e assim, legitimado como um modelo político de sucesso, passou a ser identificado como uma sociedade fragmentada, por razões culturais e religiosas. Este estudo tem como objetivo descrever como o jovem libanês define a si mesmo para identificar possíveis convergências entre grupos confessionais islâmicos e cristãos. É metodologicamente de cunho bibliográfico. Semelhantemente às gerações anteriores, a juventude libanesa tende a trilhar o caminho do sectarismo no contexto da honra e da vergonha, em que a honra familiar é almejada, já a vergonha causa rejeição. Nesse contexto, as três principais características identitárias do jovem libanês, ou seja, a família, a identidade nacional, e o grupo confessional, podem demonstrar a direção para um diálogo inter-religioso eficaz entre muçulmanos

e cristãos. No contexto bíblico e corânico, 25 personagens bíblicos são apresentados no Alcorão. Entre eles, destaca-se Ismael, filho de Hagar e Abraão, tendo em vista sua importância no mundo muçulmano, especialmente pela sua possível ligação sanguínea com Muhammad, o profeta e receptor das palavras do Islã. Desse modo, a fim de encontrar princípios que levem ao diálogo inter-religioso entre os jovens libaneses, além de compreender as suas características identitárias à luz do conceito de honra e vergonha, é necessário identificar nos relatos bíblicos sobre Hagar e Ismael, princípios do par honra-vergonha.

PALAVRAS-CHAVE: Identidade cultural; Honra e Vergonha; Líbano; Jovem Libanês.

ABSTRACT: Lebanon has 18 religious groups recognized by its constitution and can be considered a deeply divided multi-ethnic society, in which relationships between young people from different confessional groups are still taboo, especially between Sunnis, Shiites and Christians. Until 1975 that country, which was known as the 'Switzerland of the East', and thus legitimized as a successful political model came to be identified as a country that had a fragmented society, for cultural and religious reasons. This paper aims to profile how the Lebanese youth defines himself in order to identify possible convergences with Christianity and above all with the Adventist message. This paper also is methodologically bibliographical. Similar to previous generations, Lebanese youth tend to tread the path of sectarianism in the context of honor and shame, in which family honor is desired, while shame

causes rejection. Regarding the context, the three main identity characteristics of the Lebanese youth, which are: family, national identity, and confessional group, can demonstrate the direction for an effective inter-religious dialogue between Muslims and Christians. In the biblical and Quranic context, 25 biblical characters are presented in the Quran. Among them, stands out Ishmael son of Hagar and Abraham, in view of his importance in the Muslim world, especially for his possible blood connection with Muhammad the prophet and receiver of the words of Islam. Therefore, in order to find principles that lead to inter-religious dialogue among Lebanese youth, in addition to understanding their identity characteristics according to the concept of honor and shame, it is necessary to identify in the biblical narrative about Hagar and Ishmael, principles of the honor-shame pair.

KEYWORDS: Cultural Identity; Honor and Shame; Lebanon; Young Lebanese.

INTRODUÇÃO

Após a explosão do dia 4 de agosto de 2020 no porto de Beirute, e a crise econômica atenuada pelo novo coronavírus, uma série de manifestações contra a classe política foi prontamente liderada pela juventude libanesa. A explosão, apenas manifestou a corrupção e incompetência administrativa do sistema governamental libanês (MANDANI, 2020). Diante desse contexto histórico e político é importante destacar que, tanto as divergências culturais e religiosas, quanto a crise política que o país enfrenta trazem algumas consequências aos jovens libaneses. Assim, a Universidade Americana de Beirute examinou o perfil social e psicológico da juventude libanesa e demonstrou que o jovem libanês define a si mesmo através de três características identitárias: a família, o Líbano e o grupo confessional a qual eles pertencem. Demonstrou ainda que, semelhantemente às gerações anteriores, a juventude libanesa continua dividida, embora lute por transformações sociais e políticas em seu país (HARB, 2010).

A identidade cultural e religiosa do jovem libanês pode ser compreendida à luz do conceito de honra e vergonha, em que a honra familiar é intensamente almejada, enquanto a vergonha pode causar a rejeição social e no lar (PERISTIANY, 1974). No contexto bíblico e corânico, 25 personagens bíblicos são apresentados no Alcorão. Entre eles, Ismael, filho de Abraão e Hagar, recebe atenção especial, devido a sua importância no mundo muçulmano, e pela rejeição por grande parte dos cristãos (MAALOUF, 2018).

Este estudo é metodologicamente de cunho bibliográfico e tem como objetivo descrever como o jovem libanês define a si mesmo para identificar possíveis convergências entre grupos confessionais islâmicos e cristãos. Sendo assim, a fim de encontrar princípios que levem ao diálogo inter-religioso entre muçulmanos e cristãos no Líbano, serão apresentadas as características identitárias da juventude libanesa à luz do conceito de honra e vergonha, em seguida, será identificado nos relatos bíblicos sobre Hagar e Ismael, princípios do par honra-vergonha a fim de desmistificar a figura do pai da nação árabe. Por fim, as considerações finais.

CARACTERÍSTICAS IDENTITÁRIAS DO JOVEM LIBANÊS

Conforme a análise de Calfat (2017), o Líbano já foi conhecido como a “Suíça do Oriente” e era considerado um caso de sucesso do modelo consociativo de governo, aquele que administra diferentes culturas e religiões de forma harmônica. Entretanto, a Guerra Civil (1975 – 1990), a crise governamental entre 2005 e 2008, o não exercício presidencial de 2014 a 2016, demonstraram que, embora seja governado por diferentes grupos religiosos, o Líbano é um caso de sociedade multiétnica profundamente dividida por razões históricas, étnicas e religiosas (ARSAN, 2018).

O Líbano é marcado por contrastes e pela má administração política. A maioria dos ativistas são jovens libaneses que, subjuguam suas identidades culturais e religiosas, para demonstrar seu descontentamento com os rumos do país. Meihy (2018) comenta que os jovens entre 15 e 24 anos representavam 20% da população nacional em 2010, portanto, os jovens libaneses ainda são o retrato mais fiel do Líbano contemporâneo, podendo ser vistos em todas as regiões do país. Devido à diversidade de culturas e religiões e dos contrastes da nação, o Líbano é um país em que os moradores costumam se questionar sobre seu pertencimento, sua origem, e seus relacionamentos com outros grupos de pessoas, daí a necessidade de se definir a palavra ‘identidade’ (MAALOUF, 2012).

A palavra ‘identidade’ é um tipo de amigo falso, porque todos pensam que sabem o que a palavra significa, mas que é, em verdade, um conceito mais completo do que estão nos registros oficiais, contendo o sobrenome, nome, data, local de nascimento, foto, dentre outros dados:

A identidade de cada indivíduo é composta por uma série de elementos e estes claramente não se restringem aos dados registrados nos registros oficiais. É claro que, para a grande maioria, esses fatores incluem lealdade a uma religião, a uma instituição ou a um meio social específico, mas a lista é muito mais longa do que isto, é virtualmente ilimitada (MAALOUF, 2012, p. 12).

Tendo em vista as dificuldades de se definir identidade, em consonância com a possibilidade de compreender como jovem libanês define a si mesmo, um estudo do Issam Fares Institute for Public Policy and International Affairs, ligado à Universidade Americana de Beirute, traçou um perfil sociodemográfico, sociocultural e sociopsicológico da juventude libanesa. O estudo revela, que um terço dos entrevistados afirmou ter algum grau de preconceito ou hostilidade em relação a pessoas de outro grupo confessional, e dois terços desses jovens afirmaram que não se casariam com alguém de um grupo étnico diferente. Quando perguntados sobre com quais categorias identitárias os jovens se veem representados, as três principais são: 1) a família; 2) o Líbano; e 3) o grupo confessional (HARB, 2010).

Conforme Meihy (2018, p. 133) a ideia de família está atrelada à identidade nacional libanesa. Esse autor relata que “[...] é notável que a identidade nacional libanesa se sobreponha à filiação confessional, mas o fato de que a família ainda se coloca como

principal elemento identitário dos jovens libaneses mostra que identidades locais ainda são mais fortes que o sentido comunitário nacional no Líbano”. Portanto, o Líbano é um país em que os jovens buscam quebrar as correntes do sectarismo, mesmo que este sentimento ainda esteja enraizado nas identidades locais, as quais sugerimos que podem estar conectadas por um senso de honra e vergonha (PERISTIANY, 1974).

O conceito de honra e vergonha aparece na antropologia de forma mais destacada com as pesquisas inaugurais de J. G. Peristiany e J. Pitt-Rivers durante a década de 1960. Neste estudo, os autores apresentam uma forma geral de pensar nas sociedades mediterrâneas, identificadas como honra e vergonha. Peristiany (1974), explica que o par honra-vergonha faz parte do sistema de regras de conduta ou de regulamentos sociais comum a todas as sociedades e, de uma maneira mais específica, das sociedades mediterrâneas.

Abou-Zeid (1971) em seus estudos sobre honra e vergonha entre os beduínos no Egito, afirma que honra se refere à adesão aos padrões tradicionais de comportamento e tem como resultado a superioridade de certos indivíduos, revelando-se um instrumento de controle social que pune indivíduos que não corresponderam à moral imposta, sobretudo na valorização da castidade e prudência femininas no cálculo da honra do grupo. Desta forma, honra e vergonha seriam dois polos da valorização pessoal e, sobretudo, social. Honra pode ser compreendida como um nexos entre os ideais da sociedade e a sua reprodução no indivíduo.

Georges e Baker (2016) definem honra como o valor de uma pessoa na sociedade. Honra é, em essência, quando uma pessoa pensa coisas boas sobre você e quer estar associado a você. Já a vergonha é exatamente o oposto, quando as pessoas pensam coisas ruins sobre você e não querem estar com você. Destaca-se que no norte da África, o Oriente Médio e Ásia são predominantemente baseados na cultura de honra e vergonha. Por essa razão, o mundo muçulmano deste século está intrinsecamente conectado à essa cultura e seus elementos particulares dentro de cada país. Embora os valores relacionados à cultura de honra e vergonha em países muçulmanos possam variar, usualmente, eles operam a partir dos pares: genealogia/ascendência, e senso de comunidade/hospitalidade. Nestes termos, a vergonha deve ser evitada e a honra almejada (GEORGES; BAKER, 2016).

HONRA E VERGONHA NO CONTEXTO BÍBLICO E CORÂNICO

A Bíblia e o Alcorão contêm diversos assuntos teológicos em comum. Temas como a criação, a vida eterna e a morte eterna, usualmente demonstram as nuances em que judaísmo, cristianismo e islã estão envolvidos. Muito embora não sejam tão recorrentes, estudos comparativos entre Bíblia e Alcorão podem também ser delineados a partir da caracterização de personagens convergentes. Ao todo, vinte e cinco personagens bíblicos

são lembrados e reverenciados pelo Alcorão como profetas. Entre eles está Ismael, o pai da nação árabe. A figura de Ismael, filho de Abraão e Hagar, destaca-se de maneira extraordinária no Islã devido à crença que associa a linhagem de Ismael e seus descendentes aos árabes e, conseqüentemente, à Muhammad, profeta e fundador da religião islâmica.

A centralidade de Ismael no Islã é reconhecida até mesmo pelos muçulmanos que não pertencem à mesma linhagem étnica deste personagem, uma vez que estes ainda se associam a ele teologicamente. Por séculos, Ismael tem sido mantido em estima pelos muçulmanos. Em resposta, judeus e cristãos têm se distanciado dessa figura bíblica e, algumas vezes, aderido a uma atitude negativa em relação a ele (MAALOUF, 2018).

O Alcorão, por sua vez, apresenta Ismael como um profeta honrado, e que geralmente é apresentado no texto sagrado do Islã ao lado de outros profetas conhecidos da Bíblia. São doze as ocorrências do nome Ismael no Alcorão. Por seis vezes, o personagem aparece em suratas de Meca (no início da vida de Muhammad) e as outras seis estão em suratas de Medina (depois da morte do profeta do islã). Quinze personagens bíblicos diferentes são relacionados a Ismael no Alcorão, são eles: Abrão (6x), Isaque (5x), Jacó (4x), Jesus (3x), Moisés, Eliseu, Jonas e Ezequiel (2x), e Enoque, Ló, Noé, Jó, Arão, Salomão e Davi (1x). Em comparação com a fórmula da bênção patriarcal bíblica: “Deus de Abraão, Isaque e Jacó”, o texto corânico apresenta uma fórmula que inclui Ismael e as tribos de Israel: “Abraão, e Ismael, e Isaque, e Jacó e as tribos”.

Curiosamente, apenas uma única vez, Ismael é citado de maneira individual no Alcorão. Isso acontece na Surata Maryam e há também uma ocorrência singular em que Muhammad está no mesmo verso que o filho de Abrão e Hagar. Entretanto, as duas Suratas mais importantes para a teologia islâmica a respeito de Ismael são: Surata 37 e Surata 2. A partir da interpretação da Surata 37:102, a tradição muçulmana considera Ismael como o filho levado por Abraão ao sacrifício, mesmo que o nome de Ismael não apareça neste verso. Já a surata 2:125 apresenta Ismael ao lado de Abraão na construção de Caaba, lugar mais sagrado para a cultura islâmica. Daí a famosa festividade do mundo muçulmano chamada Eid al-Adha, ou Festa do Sacrifício, que sucede a peregrinação a Meca.

Desse modo, fica evidente que, muito embora Ismael tenha um papel importante na Bíblia, mesmo em face do afastamento da tradição judaico-cristã, é no Islam e no Alcorão que o personagem assume proeminência (MAALOUF, 2018). Isso porque a interpretação islâmica majoritária compreende que Ismael, não Isaque, foi o filho a ser imolado em obediência à revelação dada a Abraão em sonho, e pelo fato de que Ismael estava com seu pai na construção de Caaba.

Na Bíblia Hebraica e no Novo Testamento, o par honra e vergonha não existe somente onde as palavras “honra” e “vergonha” aparecem. A missão de Deus sempre incluiu a remoção da vergonha e a restauração da honra. Deus busca honrar seu povo e afastá-lo da vergonha. Aspectos das dinâmicas de honra e vergonha são apresentados na Bíblia através de terminologias, palavras, versos, temas e narrativas (GEORGE; BAKER,

2019).

As Escrituras apresentam questões de honra e vergonha, porque as culturas do mundo bíblico giram em torno destes valores. Além de auxílio na compreensão do mundo cultural em que a Bíblia está imersa, os valores de honra e vergonha ampliam a compreensão de quem é Deus na Bíblia. De fato, as abundantes dinâmicas de honra e vergonha no texto bíblico moldam a metanarrativa da história da salvação. Usualmente, palavras como: face, nome, glória, bênção, poder, reinado, filho, família, revelam questões de honra, enquanto: maldição, desprezo, escravo, perseguição, humilhação, pés, escuridão, doença, demonstram o que é vergonha (JACKSON, 2019).

A partir de Gênesis 16 a 21, é visto Sara, Abraão, Hagar e Ismael, envolvidos numa narrativa que apresenta palavras e temas diretamente relacionados às dinâmicas de honra e vergonha. Temas como proeminência, grande nação, família abundante, bênção divina, também demonstram aspectos culturais do par nesta história. Analisando a história de Hagar e Ismael, a temática aparece primeiramente através da vergonha de Sara, que não podia ter filhos. Depois que Hagar engravida, garante a proeminência na história, até que decide fugir dos maus tratos de sua senhora.

Grávida e no deserto buscando escapar de Sara, Hagar é encontrada pelo Anjo do Senhor, que lhe promete uma família abundante: “Multiplicarei tanto os seus descendentes que ninguém os poderá contar” (Gênesis 16:9). O Anjo ainda dá um nome ao seu filho: “Você está grávida e terá um filho, e lhe dará o nome de Ismael, porque o SENHOR a ouviu em seu sofrimento”. Já em Gênesis 17:20, Deus acrescenta uma bênção específica a Ismael: “E no caso de Ismael, levarei em conta o seu pedido. Também o abençoarei; eu o farei prolífero e multiplicarei muito a sua descendência. Ele será pai de doze príncipes e dele farei um grande povo”.

Depois do nascimento de Isaque e posterior expulsão de Hagar e Ismael, que foram novamente para o deserto, Deus abençoa Ismael por mais duas vezes: “Mas também do filho da escrava farei um povo; pois ele é seu descendente”, e “Levante o menino e tome-o pela mão, porque dele farei um grande povo” (Gênesis 21:13, 18). Vê-se que o nascimento de Ismael representa a reversão da opressão que Hagar sofre. Ao contrário de Hagar, seu filho terá um reinado, um nome e uma face entre seus irmãos. Em outras palavras, quando Deus honra Ismael, a vergonha de Hagar é deixada e sua honra alcançada. Essa honra, contudo, não ocorre por favoritismo da parte de Deus ou méritos da parte de Hagar. A presença de Deus no deserto não é uma afirmação sobre a pureza dos olhos de Hagar, mas sobre a graça daquele que a vê (Gênesis 16:13).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2020, após as explosões no porto de Beirute, o presidente do Líbano, Michel Aoun, afirmou que pretende declarar o país como um “Estado Laico”, pois só ele pode

proteger o pluralismo e transformar a nação em uma unidade verdadeira (AFP, 2020). Todavia, hoje, o Líbano vive sob um sistema confessional, que sobreviveu à guerra civil de 1975, e é governado pelo Pacto Nacional, um acordo não escrito que lançou as bases do país como um estado multiconfessional entre as lideranças muçulmanas xiitas, sunitas e cristãs maronitas. Esse pacto diz que o presidente será um cristão maronita, o primeiro-ministro um muçulmano sunita, e o presidente do parlamento um muçulmano xiita (CALFAT, 2017). Esse modelo consociativo busca agregar culturas e religiões diferentes, porém se mostra ineficaz nas últimas décadas, pois induz ao sectarismo.

Portanto, mesmo que pertençam a identidades culturais e religiosas diferentes, o ponto de conexão entre a juventude libanesa é a identidade familiar no contexto da honra e vergonha. A exegese bíblica demonstrou que a família de Ismael, filho de Hagar e Abraão é honrada por Deus, diferentemente do que se costuma dizer no meio cristão.

Desse modo, a fim de encontrar princípios que levem ao diálogo inter-religioso entre os jovens libaneses tão marcados por conflitos culturais e religiosos, além de compreender as suas características identitárias à luz do conceito de honra e vergonha, é necessário identificar nos relatos bíblicos sobre Hagar e Ismael, princípios do par honra-vergonha.

REFERÊNCIAS

ABOU-ZEID, A. Honra e Vergonha entre os Beduínos do Egito. In **J. G. Peristiany (org.). Honra e Vergonha: valores das sociedades mediterrâneas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971 [1965].

ARSAN, Andrew. **Lebanon: a country in fragments**. New York: Oxford University Press, 2018.

BÍBLIA. Português. **Sua Bíblia**. Nova Versão Internacional. Rio de Janeiro, Thomas Nelson Brasil, 2017. 1120.

CALFAT, N. N. C. M. **O modelo consociativo para sociedades plurirreligiosas: reflexões e aprendizados sobre a experiência confessional libanesa**. São Paulo, 2017. 211f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2017.

JACKSON, W. **Reading Romans with eastern eyes: Honor and shame in Pau's message and mission**: IVP Academic, 2019.

MADANI, D. **Undeterred by tragedy, Lebanon's Youth continue to fight for change**. www.nbcnews.com, 2020. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/news/world/undeterred-tragedy-lebanon-s-youth-continue-fight-change-n1237628>. Acesso em 20/06/2021.

GEORGES, J; BAKER, M. **Ministering in honor-shame cultures: biblical foundations and practical essentials**. InterVarsity Press, 2016.

HARB, C. **Lebanese Youth: a national and psycho-social survey**. The Issam Fares Institute for Public Policy and International Affairs, AUBUnited Nations Children's Fund (UNICEF), Beirut, 2010.

MAALOUF, Amin. **In the name of identity**: Violence and the need to belong. New York: Arcade Publishing, 2012.

MAALOUF, Tony. **Árabes na Bíblia**: o desdobramento do plano de Deus para os descendentes de Ismael. Foz do Iguaçu: Editora Letras, 2018.

MEIHY, Murilo. **Os libaneses**. São Paulo: Contexto, 2018.

PERISTIANY, J. G. (org.). **Honour and Shame**. The Values of Mediterranean Societies. Chicago: The University of Chicago Press, 1974 [1966].

LAICIDADE DO ESTADO E O OLHAR DO POVO DE AXÉ: AVANÇOS E RETROCESSO DA LIBERDADE RELIGIOSA NO BRASIL

Data de aceite: 02/05/2022

Juliano Aparecido Rinck

Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo/FDUSP. Professor de Direito Constitucional do Curso de Direito da UNINOVE/SP. Membro e pesquisador do GEPPIS (Grupo de Estudos e Pesquisa das Políticas Públicas para Inclusão Social/EACH-USP)

RESUMO: Este trabalho discute os arranjos político-jurídicos, em torno do tema da laicidade do Estado brasileiro, que foram utilizados para lidar com as demandas das religiões de matriz africana e afro-brasileiras. Procura responder à seguinte pergunta: no que consiste o arranjo da laicidade brasileira, considerando-se como ela afeta as religiões minoritárias no Brasil, mais especificamente as de matriz africana e afro-brasileira? Para responder a essa questão, recorreremos a um conjunto de técnicas de pesquisa que permitiu conhecer e compreender os sentidos dados à laicidade no mundo acadêmico, jurídico e, também, no campo das religiões de matriz africana e afro-brasileiras. As técnicas utilizadas foram à pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo, por meio de entrevistas semiestruturadas. A pesquisa bibliográfica implicou a seleção e a discussão de autores do campo do ordenamento sociojurídico, dedicados aos estudos das complexidades presentes nos embates entre laicidade e secularização, no que diz respeito ao uso do espaço público. Nesse sentido, contamos com a contribuição de autores

como Max Weber (2004), Peter Berger (2013), José Casanova (2007; 2009), Flávio Pierucci (1998) e Ricardo Mariano (2001), entre outros que compuseram os marcos teóricos desse trabalho. Já pesquisa de campo trouxe para análise e discussão a perspectiva de membros da religião de matriz africana sobre os sentidos que ofereceram para a laicidade e para o modo como suas demandas foram compreendidas pelo Estado brasileiro. Para isso, foram realizadas entrevistas em Terreiros salvaguardados com o instituto do tombamento pelo IPHAN. As entrevistas foram analisadas por meio do método de análise de conteúdo, proposto por Laurence Bardin (2011) e Maria Cecília Minayo (2001). O *corpus* da pesquisa foi discutido à luz dos marcos teóricos assumidos na investigação. Foram geradas duas categorias de análises com três indicadores de sentidos em cada uma delas, são elas: *Laicidade do Estado Brasileiro* e *Olhar do povo de Axé sobre a laicidade*. Concluímos que a laicidade do Estado brasileiro é fundamental para a garantia da liberdade religiosa no Estado Democrático de Direito e da diversidade cultural e étnica na nossa sociedade. Contudo, não foi possível afirmar que o Estado brasileiro já tenha alcançado um sentido definitivo para laicidade ou tenha consolidado instrumentos que garantam os direitos de todos os credos, sem distinção. Esse quadro denota uma fragilidade da laicidade brasileira, que coloca em risco a salvaguarda da liberdade religiosa das religiões de minoritárias, principalmente, as de matriz africana e afro-brasileiras pela intersecção com o racismo no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Laicidade. Secularização.

STATE SECULARISM AND THE VIEW OF THE PEOPLE OF AXÉ: ADVANCES AND SETBACKS OF RELIGIOUS FREEDOM IN BRAZIL

ABSTRACT: This paper discusses the political-legal arrangements, around the theme of the laicity of the Brazilian State, that have been used to deal with the demands of religions of African and Afro-Brazilian matrix. It seeks to answer the following question: what does the arrangement of Brazilian laicity consist of, considering how it affects minority religions in Brazil, more specifically those of African and Afro-Brazilian matrix? To answer this question, we resorted to a set of research techniques that allowed us to know and understand the meanings given to secularism in the academic and legal world, and also in the field of religions of African and Afro-Brazilian matrix. The techniques used were bibliographic research and field research, by means of semi-structured interviews. The bibliographical research involved the selection and discussion of authors from the field of socio-legal order, dedicated to the study of the complexities present in the clashes between secularism and secularization, with respect to the use of public space. In this sense, we counted on the contribution of authors such as Max Weber (2004), Peter Berger (2013), José Casanova (2007; 2009), Flávio Pierucci (1998) and Ricardo Mariano (2001), among others who composed the theoretical frameworks of this work. The field research brought for analysis and discussion the perspective of members of the religion of African matrix about the meanings they offered to secularism and how their demands were understood by the Brazilian State. To this end, interviews were conducted in Terreiros safeguarded by the IPHAN institute. The interviews were analyzed using the content analysis method proposed by Laurence Bardin (2011) and Maria Cecília Minayo (2001). The research corpus was discussed in the light of the theoretical frameworks assumed in the investigation. Two categories of analysis were generated with three sense indicators in each of them, they are: Laicidade do Estado Brasileiro e Olhar do povo de Axé sobre a laicidade. We conclude that the laicity of the Brazilian State is fundamental for the guarantee of religious freedom in the Democratic State of Law and of cultural and ethnic diversity in our society. However, it was not possible to affirm that the Brazilian State has already reached a definitive meaning for laicity or has consolidated instruments that guarantee the rights of all faiths, without distinction. This picture denotes a fragility of Brazilian laicity, which puts at risk the safeguarding of religious freedom of minority religions, especially those of African and Afro-Brazilian matrix by the intersection with racism in Brazil.

KEYWORDS: Secularism. Secularization. Religions of African Matrix. Religious Freedom. Religious Racism.

1 | INTRODUÇÃO

A laicidade do Estado é um dos eixos centrais do projeto da modernidade ocidental, assim, o presente trabalho indaga: como pensar a laicidade, ou seja, a partir de qual perspectiva? Já que o conceito foi moldado dentro da concepção eurocêntrica, entretanto, sua concretização afeta diretamente na efetivação da liberdade religiosa. Por isso, não propomos uma discussão puramente dentro dos marcos teóricos eurocêtricos da laicidade,

mas, a partir daqueles, em especificamente dentro da realidade brasileira, são impactados por ela: as religiões de matriz africana.

Sendo a laicidade do Estado um elemento do conjunto da modernidade faz necessário, previamente, pensar como essa implica na construção de saberes e no projeto de sociedade moderna. Deste modo, partindo do pensamento do sociólogo Boaventura de Souza Santos, que analisando o processo da modernidade, afirma que “o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal” (SANTOS, 2009, p. 23). A modernidade, na visão de Boaventura, traça uma linha abissal de separação entre dois mundos, que de um lado tem o universo regido pela emancipação/regulamentação, vivido pelas sociedades metropolitanas, já de outro lado, o universo regido pela apropriação e a violência vivida pelas sociedades colonizadas. Dentro desse processo abissal, segundo o sociólogo, o conhecimento e o direito desempenham um papel fundamental para estabelecer os limites da linha abissal entre os dois mundos, ou seja, quem está do lado da linha, que goza da proteção da emancipação e regulamentação, e quem está do outro lado, destinado à apropriação e a violência. Isso ocorre porquê o conhecimento delinea o que é considerado científico e verdadeiro, distinguindo do anticientífico e falso, e o direito traça a distinção entre o legal e o ilegal.

Sendo a laicidade um arranjo político-jurídico ela pertence ao mesmo tempo ao campo do direito e ao campo do conhecimento, assim, sendo um dos elementos do conteúdo da linha abissal da modernidade. Isso ocorre, pois ela deriva de um processo mais amplo e fundamental para o pensamento moderno: a secularização¹.

Assim, diante dessa conjuntura, buscando compreender a laicidade do Estado, não apenas a partir da perspectiva eurocêntrica, procuramos responder à seguinte pergunta: no que consiste o arranjo da laicidade brasileira, considerando-se como ela afeta as religiões minoritárias no Brasil, mais, especificamente, as de matriz africana e afro-brasileira?

Optemos encontrar a resposta, dentro de uma perspectiva decolonial do saber, ou seja, dentro da ótica freiriana (1994) de não apenas buscar a resposta através da visão do opressor, ou melhor, dentro do campo do direito ou do conhecimento eurocêntrico, mas sim, pela perspectiva da vivência o oprimido, no caso em tela, das religiões de matriz africana. Para tanto, foi realizada uma pesquisa empírica através de entrevistas semiestruturada, com membros dos terreiros de candomblé, que passaram por processo de salvaguarda de tombamento, principalmente, pelo IPHAN. Para analisar o material empregaremos a metodologia de análise de conteúdo, inspirados na técnica proposta por Bardin (2011) e Minayo (2000), dividimos nosso trabalho de pesquisa em três fases: 1) pré-análise; 2) exploração do material; e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Agrupamos as falas convergentes sobre a separação entre Religião e Estado em

¹ A secularização representa um macro fenômeno que não se restringe apenas à relação entre Estado e religião, mas também abarca a própria relação do indivíduo com a sociedade e com as criações que decorrem dessa vivência, como a arte, a economia, a ciência e a filosofia (WEBER, 2004; BERGER, 2013, CASANOVA, 2007, 2009).

duas categorias, sendo elas: *Laicidade do Estado Brasileiro* e *Olhar das religiões de matriz africana sobre a laicidade*. Na primeira, buscamos compreender como os entrevistados descrevem o arranjo jurídico-político da laicidade do Estado Brasileiro, identificamos, assim, três indicadores de sentidos: aspecto formal da laicidade, falsa laicidade do Estado e retrocesso. Na segunda categoria almejamos entender como os entrevistados vislumbram implementação do arranjo jurídico-político da laicidade do Estado Brasileiro, identificamos três indicadores de sentidos: diversidade, sentimento particular e Bancada da Bíblia.

Após as reflexões das falas dos entrevistados a partir dos referenciais teóricos, concluímos que o Estado Brasileiro, possui um arranjo próprio da Laicidade, o qual ao mesmo tempo em que garante a liberdade religiosa, em um regime democrático, também mantém a presença privilegiada do credo hegemônico dominante, historicamente, no marco civilizatório do colonizador no Brasil nas relações de poder: o catolicismo, sendo na relação hodierna o cristianismo. O que conduz a uma necessidade de decolonizar a laicidade brasileira, para uma real efetivação da liberdade religiosa.

2 | A LAICIDADE DO ESTADO: PERSPECTIVA TEÓRICA

Um dos impactos mais marcantes da modernidade foi, sem dúvida, o fenômeno da secularização, ou seja, o processo de retirada das reges da Igreja Católica sobre a sociedade, propiciando, assim, a secularização da ciência, das artes, da economia, da política, do Direito, e do Estado (WEBER, 2004; BERGER, 2013, CASANOVA, 2007, 2009). Nesse macroprocesso sociopolítico e histórico, desenvolveram-se os arranjos da laicidade do Estado. Usamos a expressão no plural, por compreender que cada sociedade constrói a sua forma de laicidade. Por isso, a nosso ver, é errônea a ideia de que existe um padrão ou um modelo a seguir; o que há, apenas, são possibilidades em que se inspirar. Os modelos, os padrões, são tão somente classificações teóricas do fenômeno para fins didáticos, mas não conseguem abarcar toda a complexidade da realidade social.

A laicidade do Estado é um conceito que se forja em um campo de disputa, por isso não está acabado. Sua construção varia conforme o arranjo jurídico-político, desenvolvido em cada conjuntura social do Estado, a depender do jogo de forças que impera nos momentos e nas situações em que esse arranjo é demandado. Portanto, é equivocada a ideia de que o Estado laico representa o convívio pacífico e harmônico entre a Religião e o Estado. Pelo contrário, conforme a escolha, a convivência pode ser bem conturbada, como no caso francês, em que a religião foi privatizada, excluída da esfera pública, em nome de uma neutralidade do espaço público, em que não se deve permitir nenhum credo religioso ou demonstração religiosa. A consequência desse tipo de arranjo é um laicismo, uma laicidade que denominamos de exclusão, na qual a liberdade religiosa apenas pode ser gozada na esfera privada, num processo de privatização da religião. (CASANOVA 2007; 2009; PIERUCCI, 1998; MARIANO, 2001)

No Brasil, constatamos que o arranjo brasileiro da laicidade foi diferente, pois não houve a privatização da religião. Pelo contrário, no Brasil, a religião nunca deixou o espaço público, como bem frisou o professor Ricardo Mariano (2001). Esse arranjo resultou em duas consequências fundamentais: de um lado, garantiu-se a liberdade religiosa entre o rol de direitos fundamentais; de outro, impulsionou a criação de um mercado religioso. Nesse caso, permite-se que a religião ocupe o espaço público, não só para o gozo da liberdade religiosa e suas relações decorrentes, como culto e liturgia, mas também que ela, em nome do interesse público, possa ocupar função de Estado, como permite a ressalva do art. 19, I, da Constituição Federal. Aliás, esse tipo de arranjo formou-se, como visto, desde a primeira Constituição da República, que introduziu o arranjo da laicidade, porém garantindo que a religião dominasse áreas tradicionalmente postas sob seu poder, como por exemplo, a saúde, com as Santas Casas de Misericórdia, a Educação, com o ensino religioso, e a assistência social. Portanto, a separação entre religião e Estado, estabelecida no arranjo político jurídico da laicidade no Brasil não foi integralmente efetivada, a Igreja Católica continuou a manter a sua hegemonia na sociedade e em partes do Estado. (GIUMBELLI, 2002, 2008) Esse quadro nos permite afirmar que a laicidade brasileira tem um caráter parcial de interesses: laicizou-se o Estado, mas mantiveram-se privilégios religiosos ao catolicismo hegemônico, ou seja, a linha abissal da laicidade demarcou entre as religiões cristãs, do colonizador, e as religiões não cristãs, dos colonizados, aquelas a proteção do estado, sobre a tutela dos “bons costumes”², já as outras estavam do lado da linha pautado pelas expropriação e a violência.

Uma consequência dessa laicidade parcial de interesse do Estado brasileiro foi proporcionar a existência de um mercado religioso, porém com características diferentes do que previa Berger (2013), em seu *Dossel Sagrado*. O processo da secularização, advindo da modernidade, não conduziu o Brasil a um ecumenismo, mas, sim, a uma disputa religiosa pelo campo de poder, não apenas entre os fiéis, mas, principalmente, no poder político, o que gerou graves consequências à liberdade religiosa, principalmente, às religiões minoritárias, como aquelas de matriz africana. Desse modo, ao mesmo tempo em que a laicidade é a garantia do exercício da liberdade religiosa, consagrada nos textos constitucionais, é, paradoxalmente, o seu veneno, considerando-se a propulsão do mercado religioso de disputa por poder, assim, abrindo-se a “caixa de pandora” da liberdade religiosa brasileira. A laicidade, portanto, representou no Brasil avanço e retrocesso concomitantemente, no sentido adornoiano do esclarecimento (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

2 Desde a Constituição de 1891 até a 1967 a liberdade religiosa era garantida desde em consonância com os “bons costumes”, expressão que somente com a Constituição de 1988 deixou de pertencer como limite da garantia da liberdade religiosa.

3 | LAICIDADE DO ESTADO BRASILEIRO PELO OLHAR DO POVO DE AXÉ³

Após a constatação do peculiar arranjo da laicidade brasileira, buscamos a analisar como as religiões de matriz africana vislumbram sua existência e seus impactos, assim, construímos, dentro da metodologia de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011) e Minayo (2000), duas categorias de análise que denominamos de Laicidade do Estado e Olhar das religiões de matriz africana sobre a laicidade. Procurando compreender como os entrevistados⁴ descrevem o arranjo jurídico-político da laicidade do Estado Brasileiro e sua implementação na realidade social vivida, assim, em cada categoria identificamos três indicadores de sentidos, sendo eles: aspecto formal da laicidade, falsa laicidade do Estado e retrocesso, para categoria *Laicidade do Estado*; e diversidade, sentimento particular e Bancada da Bíblia, para categoria *Olhar das religiões de matriz africana sobre a laicidade*.

Na primeira categoria, agrupamos as falas convergentes sobre a separação entre Religião e Estado, ao indagarmos se o Estado brasileiro possui uma religião oficial, com a finalidade de compreender se os entrevistados vislumbravam o fenômeno da Laicidade do Estado, com a separação entre a religião e o Estado, constatamos um indicador presente nas falas da maioria dos entrevistados; denominamô-lo de aspecto formal da laicidade. Os entrevistados reconhecem a existência formal da laicidade, porém chamaram a atenção para a divergência entre a previsão legal e a realidade da sociedade, especialmente, com relação às religiões de matriz africana. Identificamos, nas entrevistas, expressões que indicam a presença formal da Laicidade e sua contradição com a relação material, prática, tais como “só no papel”, “os governantes não são laicos”, “laicos só no nome”. Assim, as falas dos entrevistados aproximaram-se do sentido sociológico da Constituição de Ferdinand Lassalle (2008), ao demonstrarem a dicotomia entre o texto normativo e a realidade social, como enfatizou Euede Sinha, da Casa Branca:

Eu acho que só papel, eu acho que só no papel né, porque se fosse laico de verdade a gente não estava passando por isso que a gente está vendo todos os dias nos jornais né, casas sendo depredadas, pessoas de santo sendo presas, porque isso aconteceu no século passado, né. Então a gente está regredindo, a intolerância está tomando uma outra forma né, que as pessoas já estão dando outros nomes, já tem tantos nomes já agora, né (Euede Sinha, da Casa Branca).

³ A presente análise consiste em uma pequena parcela de uma pesquisa mais ampla apresentada na defesa da tese de doutoramento intitulada: A Laicidade do Estado e a ocupação do espaço público: uma análise a partir da perspectiva das religiões afro-brasileiras, junto ao Programa de Pós Graduação em Direito da Universidade de São Paulo, em maio de 2019.

⁴ As entrevistas foram realizadas, no período de 2017 e 2018, entre os membros das comunidades de terreiros de candomblé que passaram pelo processo de tombamento, principalmente do IPHAN. Os Terreiros tombados são considerados patrimônio histórico nacional, no caso do IPHAN, e, por isso gozam de representatividade significativa na sociedade e na comunidade religiosa, além da razão da questão histórica e política que possuem.

A seleção dos entrevistados foi realizada, considerando-se o respeito às comunidades dos Terreiros, que indicaram seus dirigentes e/ou pessoas responsáveis pela relação pública da Casa e pelo contato com a sociedade externa.

As entrevistas foram realizadas presencialmente e gravadas, sendo, posteriormente, transcritas, respeitando-se, integralmente, a forma de falar dos entrevistados. Todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Mãe Carmen, Ilê Olá, descreveu uma situação que apontou para uma divergência existente entre a realidade social e o texto constitucional, no “papel”:

nós fomos num evento e um prefeito não queria nos receber, mas acabou nos recebendo. Então, ele não gostou. Nós estávamos mais ou menos numa trinta lideranças e ele não foi muito bem comunicado sobre o assunto. Então, ele disse que o país era laico, mas o prefeito tinha escolha de religião.

[...] E ele respondeu isso pra nós, então foi uma coisa muito séria. Então, o país é laico de acordo com o credo do prefeito, né? Do município, eu achei muito forte isso. Caiu mais ainda o meu conceito de laicidade.

Os Ogãs da Roça do Ventura, Léo e Buda, foram mais enfáticos ao mostrar a divergência:

É laico só no nome. Mas não é laico. Na prática não. (Ogã Léo, da Roça do Ventura)

O Estado é laico, mas os próprios governantes não se comportam como um Estado laico, porque hoje, como eu digo, as nações são sim oficializadas porque hoje os Evangélicos estão ganhando as melhores cadeiras no Senado, na Câmara dos Deputados e passam só a beneficiar eles e não as outras. (Ogã Buda de Babosa, da Roça do Ventura/BA)

Já outros entrevistados indicaram sentido semelhante, ao demonstrarem, em suas falas, que a laicidade brasileira é falsa. Por isso, chamamos esse indicador de *falsa laicidade do Estado*, pois os entrevistados também não conseguem vislumbrar uma real separação entre religião e Estado:

[...] eu queria que fosse verdade mas eu acho que é uma fachada. Só que assim... mesmo sendo de direito constitucional né, não podemos... só porque é...na PRÁTICA não é muito bem isso que é visto, a gente aceitar e não lutar por nossos ideais propostos de... acho que de vida mesmo, né? (Mãe Paula de Yansã, do Axé Ilê Obá/SP)

Essa palavra, ela caiu no dito popular, né? Todo mundo quando tá conversando, discursando, fala isso. E quando eu tô assistindo, né? As pessoas... Claro, eu tenho que ter respeito as falas dos outros, obviamente tem que respeitar... Aí, “O Estado é laico, a gente pode fazer o que a gente quiser, a gente pode... Não existe, na escola, por exemplo, eu não posso levantar uma religião, eu não posso levar (Ebomi Jô de Yemanjá, da Casa Branca/BA)

Entre aspas sim. Não atualmente. Entre aspas sim. Não pode fazer um ebó na rua, porque se não a polícia vai criar problema... (Babá Pecê, da Casa de Oxumaré/BA)

Ambos os indicadores apontam que os entrevistados reconhecem a laicidade, diferentemente do molde francês de arranjo jurídico-político de exclusão da religião da esfera pública. Os entrevistados apontam para a existência da laicidade apenas no aspecto formal, jurídico-constitucional, pois não conseguem identificar, na realidade social, a separação entre religião e Estado.

Acreditamos que essa visão apontada pelos entrevistados nos dois indicadores

anteriores vincula-se a um terceiro indicador, a que denominamos de *retrocesso*. Alguns entrevistados foram enfáticos ao apontar um retrocesso social, em razão do aumento de casos de intolerância religiosa. Ou seja, notamos que, para eles, se o Estado fosse realmente laico haveria uma plena liberdade religiosa, impedindo a instalação de um campo favorável à intolerância religiosa. Essa situação fere, pela perspectiva dos entrevistados, a laicidade do Estado. Seguem algumas falas nesse sentido:

Como isso é laico? Se você recua, não é laico. Se você volta aos tempos anteriores, se você destrói terreiro, incendeia terreiro... Isso, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte... Muitos terreiros. Eu faço parte de um grupo com tolerância(sic) religiosa. Gente, todos os dias tem registros acontecendo. Nesse momento, agora, pode estar um terreiro sendo destruído e as pessoas, lá, pedindo suporte. Digamos, agora... Digamos, você chega numa comunidade onde o tráfico, ele tá administrando, o tráfico não termina... Não quer Candomblé lá. E aí? O que é que vai ficar? Quem é... E cadê o Estado nesse momento, que é laico? (Ebomi Jô de Iemanjá, da Casa Branca/BA)

Eu acho, aliás nunca acabou, é que a gente somos atrevido, mas pela lei o que eles estão fazendo com a espiritualidade afrodescendente, e a gente que se omite de brigar pelos direitos, que entre aspas não tá escrito esses direitos em lugar nenhum, fica difícil né, meu modo de ver

Sempre foi afrodescendente e vai ser, é o que eu tô te falando, vai voltar, se não tiver fé e não tiver coragem vai voltar o tempo que foi iniciado, tudo as escondidas, tudo resumindo. (Iyá Maria De Xangô, do Axê Pantanal/RJ)

Com certeza. Já fomos tão perseguidos no passado que na atualidade estamos vivendo quase um retrocesso do passado né? (Ogã Léo, da Roça do Ventura/BA)

Portanto, constatamos, por intermédio da análise dos indicadores, que os entrevistados traçam um elo entre a laicidade e a liberdade religiosa. Assinalam, nesse caso, a percepção de que a intolerância religiosa é incondizente com o Estado Laico. Importante notarmos que essa percepção não se alterou, segundo parâmetros geográficos dos Terreiros, não se tratando, portanto, de uma visão regionalista, associada às particularidades do local em que estão instaladas as Casas.

Euede Sinha, da Casa Branca/BA, sintetiza bem a percepção da laicidade do Estado dos entrevistados, quando expressa, de maneira firme, que não existe uma religião oficial do Estado no Brasil, mas ressalva que “tem aquelas que predominam né, mas oficial eu não acredito, até mesmo porque o Estado não diz que é laico né, então não pode existir”. Quando indagada se o Estado realmente é laico, ela, entre risos, respondeu: “Claro que não também”. Observamos que a percepção de Euede constituiu-se em razão do cerceamento à liberdade religiosa e do avanço da intolerância religiosa, até mesmo por parte do Estado, ao tentar proibir certas práticas religiosas - “porque se você é um Estado laico todo mundo tem direito a professar sua fé do jeito que você queira, né!!!”.

Associamos, na segunda subcategoria, as falas que expressaram como se dá o arranjo político da laicidade na realidade brasileira, no sentido da presença da religião no

espaço público ou privado. Constatamos que enquanto a doutrina jurídica e o Supremo Tribunal Federal, ao delimitarem o arranjo jurídico-político da laicidade do Estado, estabelecem polarização entre neutralidade e diversidade/pluralismo religioso, ou seja, o Estado laico deve ser neutro adotando uma concepção de laicidade em sentido separatista/exclusiva, pela qual Estado e Religião devem ser campos separados, não podendo o primeiro se vincular a nenhuma religião; já a segunda postura, adota uma concepção de laicidade em sentido inclusiva, de modo que o Estado não gera repulsão do campo religioso, mas sim podem ser campos que se entrecruzam em nome do interesse público, além da liberdade religiosa consistir em um dos pilares do Estado de Democrático de Direito devendo ser garantida a todos os credos, conduzindo a uma diversidade religiosa.

Conformados à ótica da religião, os entrevistados fazem uma curiosa associação entre os princípios norteadores para laicidade no campo acadêmico. O Estado laico, nas suas concepções, ao mesmo tempo em que deve ser neutro, não podendo, portanto, interferir na religião, deve respeitar a diversidade. O argumento da diversidade é forte entre os religiosos de matriz africana, provavelmente porque a religião convive com as diferenças no dia a dia de suas múltiplas práticas: as diferentes nações do candomblé; as distinções raciais, sexuais, econômicas etc. Uma palavra que define bem as religiões de matriz africana é a diversidade, como pudemos observar no trabalho de campo. Porém, no espaço sagrado do Terreiro, a diversidade funde-se em um todo harmonioso, penetrando nas minissociedades que se formam nos terreiros, em suas famílias de santo.

A questão da diversidade foi muito bem destacada por Yakekerê Sandra de Iemanjá, da Casa de Oxumarê. De forma bastante incisiva, argumenta: “Brasil, não se tem uma única cultura. E religião está diretamente ligada à cultura, ao todo cultural do país. E o país é um país multicultural, né?”. Outros entrevistados, também, apontaram para a diversidade religiosa:

Então é uma diversidade muito grande. Então eu não creia que existe realmente uma religião oficial no país. Liberdade religiosa? Eu acho que tem sim. Tem, a prova está aí, na quantidade de religiões que existem no país, cada uma atuando a seu modo, né? (Angela, Opô Afonjá/BA)

[...] eu acho que não existe porque existe uma miscelânea; hoje nós temos a religião católica, religião de matriz africana que é muito forte e os evangélicos né, pentecostais. Então eu acho que não existe uma religião oficial, pelo menos eu não considero assim. (Osvaldo, do Opô Afonjá/BA)

De certa forma, complementando essa ideia de respeito à pluralidade cultural, Suzane, do Terreiro do Alaketu, afirma que a religião não deve e nem faz parte da relação do Estado, mas, sim, da relação pessoal dos indivíduos em sua formação cultural:

[...] religião não é algo que tem que ser oficial ou não, até porque dada a estrutura religiosa nesse país que a gente vive ela se dá muito mais por um sentimento, dada por criação do que propriamente dita pelo ensinamento somente religioso, é algo familiar, é muito raro uma pessoa de uma religião que ela não tenha uma base familiar, então o que eu posso te dizer é pela minha

experiência de que a nossa base familiar é que nos traz o nosso exercício.

No mesmo sentido, expressou Osvaldo do Opô Afonjá:

Eu acho que o Brasil não tem que se meter, o Estado não tem que se meter na religião, a religião é um problema de cada um, é um problema interior de crença, de fé, e com o Estado não tem que interferir nisso.

Constatamos que as pessoas mais velhas na religião, que gozam de reconhecimento pelo seu papel na religião e na sociedade, manifestaram-se de forma mais diplomática, no sentido do respeito a diferenças, como Ebomi Nice, da Casa Branca, consagrada em títulos e honrarias⁵:

Meu filho, o que eu disse pra você as essências são iguais, mas respeitamos as diferenças, talvez sim, porque as religiões hoje em dia tá tão uma mistura, e eu creio que deve ser assim, eu creio que deve ser assim, interfere e não interfere, porque vamos dizer, você tá aqui na minha casa, né, eu sou de matriz africana, não sei totalmente de que religião você é, mas nós estamos respeitando, estamos conversando, então eu digo aquilo que me convém, que eu posso dizer, e você vai aceitar se você quiser, não é meu filho, então eu acho que a mistura existe sim, que existe a Umbanda, que existe a Angola, existe o Ketu, existe o Jeje, e daí, as misturas existe.

Não, talvez queiram, talvez outra religião queira predominar, mas a mistura é muito grande né, não tem só a matriz africana, tem a Umbanda dentro do Rio de Janeiro, mas também temos que respeitar, e várias outras religiões, então nós já respeitamos a nossa nação, o Ketu respeita outras nações, mas também não é obrigado a acreditar, nós acreditamos que existe porque o Deus é um só, porém o que diferencia mas nos nomes né, porque Olódùmarè, Tupã, é tudo o mesmo deus, porém com outros tipos de dominações.

Em contrapartida, outros entrevistados chamaram a atenção para a fragilidade da laicidade brasileira, em uma conjuntura em que os credos religiosos começam a ocupar o espaço público, principalmente o campo da política, como enfatizou Euede Sinha, da Casa Branca: *“Está virando um problema político, né? Está virando um problema político, porque quando você tem um Estado e que tem uma bancada que quer dominar o país com suas leis e com os seus direitos, achando que só o seu que é o certo, eu acho que isso já está virando um problema político também, muito mais grave ainda, né”*.

Uma constante nas entrevistas foi a menção à presença de bancada religiosa no poder legislativo, principalmente a evangélica/neopentecostal. Os entrevistados apontam para a fragilidade da laicidade do Estado brasileiro, assinalada por Mariano (2001), Pierruci e Prandi (1996). Para os entrevistados, a bancada agrava essa fragilidade, em razão dos

⁵ Ebomi Nice é membro tanto da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte de Cachoeira quanto da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Preto em Salvador. Constatamos que ela usufrui de livre trânsito entre o Candomblé e a religião católica, bem como o Estado. Ela fez questão de mostrar-nos mais de cinquenta títulos e honrarias, inclusive do Governo Federal, que recebeu.

“Sou, eu sou a única da Irmandade da Boa Morte daqui de Salvador, dentro de Salvador, porque lá elas só colocam as mulheres negras do recôncavo. Eu fui escolhida por Nossa Senhora para ser da Irmandade da Boa Morte, né! Eu não tenho como agradecer a Deus e a Nossa Senhora, por ser de duas irmandades de negros, irmandades bicentenárias, que é a Boa Morte e a Irmandade daqui de Salvador da Rosária dos Pretos, que é a irmandade negra dos homens negros, eu também faço parte!!!”.

interesses próprios que levam ao parlamento, e, de certo modo, instiga a intolerância às religiões de minoritárias, como as de matriz africana:

[...] a Bíblia em primeiro lugar, depois a Bancada do Boi, e a da Bala. São três. Mas a que mais rende, a que mais se relaciona com as comunidades é a evangélica, uma comunidade com o poder central”, complementa ressaltando a doutrinação realizada pelos credos evangélicos (na verdade em nossa visão, a entrevistada queria se referir aos neopentecostais) “Olha, eu acho que o Brasil já passou por várias formas de cabresto e o cabresto agora é a Bíblia. O Pastor disse, é isso. Tem gente que dá 10 % do salário..., dá até pra mulher. Então se perdeu a ética, se perdeu tudo que pode relacionar o sujeito com o Estado ou com a religião de uma maneira correta, quando quiser assim. (Vanda Machado, do Opô Afonjá/BA)

Influência, muito. Tanto na atuação do país politicamente, em todos os sentidos, porque é uma bancada muito grande né? Onde eles querem colocar e o que eles pensam, sobre a sociedade, impor através de leis. E através de leis também até perseguindo o próprio católico e o povo do candomblé. Porque o povo do candomblé não tem representatividade nenhuma política, nacional, hum, muito menos estadual. Então eles usam desse, desse poder político é... Para impor a sociedade muito a normativa, entendeu? (Ogã Léo da Roça do Ventura/BA)

As bancadas religiosas que, no final, elas todas se combinam, né? Que aí eu fico pensando assim, quando você fala no plural, às vezes eu digo assim “é plural ou é singular?”, né? Porque é uma bancada, né? Que eu não sei se são bancadas ou se é uma bancada. Porque, na verdade, essas bancadas, elas se encontram. Elas podem até divergir em algumas teorias, não sei quais, mas quando chega na hora da afinação política, elas são muito unidas, pra retirar os direitos alcançados pelas comunidades negras como a lei dez mil, né?

Que aí você tem essa bancada. É essa bancada que faz tudo isso, que trás, ..., que faz essa unidade, essa bancada. Que se torna singular. Em qualquer denominação, eles chegam lá na política, eles são singulares. Porque eles abraçam aquela ideia e acabou. Vão começar a se fechar e vão pro combate. Porque é um combate, isso. (Ebomi Jô de Iemanjá, da Casa Branca/BA)

Eu acho que, de uma certa forma, se chamar Estado, enquanto nós vivendo esse Estado, que somos Estado evidentemente, embora eles queiram, ideologicamente, ter um Estado estabelecido fora da gente, eles privilegiam sim. A partir das leis elaboradas, a partir da bancada, formação da bancada. O Estado privilegia sim algumas, pelo menos a nível das vantagens, a nível da legislação. Um terreiro de Candomblé, por exemplo, pra conseguir alguma coisa, dá um duro da zorra, conquanto outras religiões que estão vinculadas à bancada, a maioria da bancada, elas não têm tanta dificuldade assim. (Yakekerê Sandra de Iemanjá, da Casa de Oxumarê)

Atualmente com a bancada evangélica que existe no congresso está interferindo, que a bancada evangélica é grande e a gente pode perceber que de alguma forma eles interferem, olha aí a situação do Estado do Rio de Janeiro, olha aí quem vela como prefeito, olha o que ele está fazendo lá. Ele está se aproveitando da religião que ele pratica para impor a vontade dele, então ele está interferindo. (Ângela do Opô Ofonjá/BA)

Observamos que, ao mesmo tempo em que a bancada defende a necessidade da

separação entre religião e Estado para respeitar a diversidade religiosa/cultural, acirra a fragilidade do arranjo da Laicidade ao proporcionar uma disputa religiosa no campo político. Uma dicotomia difícil de ser equacionada. Chama a atenção uma posição expressa por Pai Cícero, do Terreiro do Bate-Folha/BA, vislumbrando, talvez, uma solução, no mesmo sentido em que ocorre no caso do México, onde, como vimos, existe uma ruptura mais drástica entre o poder político e a religião (BLANCARTE, 2008), com a proibição de que religiosos ocupem cargos políticos. Pai Cícero, em seu dizer, demonstra como a presença de religiosos no campo político pode afetar as demais religiões:

Se tivesse uma lei proibindo que as religiões se metessem na política seria interessante. Eles terem somente a forças nos seus fiéis, como sempre teve, as igrejas e tudo, nos fiéis. Mas, não colocarem pessoas da igreja dentro... você esteve agora no Rio mesmo com o prefeito, nas festas populares, as verbas que a prefeitura dava para ajudar, tudo que é ligado ao Candomblé foi cortado. Esse ano não tiveram, fim de ano, a festa de Iemanjá mesmo, já foi. A prefeitura já cortou dizendo que não tem verba, já não está dando ajuda a esses blocos de carnaval, a essas entidades que são ligadas à religião africana.

CONCLUSÃO

Concluimos que na linha abissal a laicidade brasileira é um conceito volátil em debate, mas um mal necessário para as religiões minoritárias, como as de matriz africana. Na visão da religião de matriz africana, como constamos na pesquisa empírica, a laicidade é necessária para o respeito à diversidade, porém a neutralidade como elemento constitutivo da laicidade não foi vislumbrado pelos entrevistados. Esse posicionamento se justifica, provavelmente, pelo fato, de na linha abissal do colonizador, ser os adeptos das religiões de terreiros que mais sofrem com a intolerância. Bem como, de serem excluídos do debate da disputa pelo campo político, colocados em uma posição subalterna pelos credos dominantes no cenário político brasileiro, quem, muitas vezes, usam da laicidade do Estado para atacarem e privarem as religiões de terreiros de acesso a políticas públicas.

Por isso, impera a necessidade de nos chãos dos Terreiros empreenderem luta decolonial para conquistar os espaços públicos e para derrubar as barreiras que se constroem contra eles em nome do Estado laico, assim, efetivando uma igualidade religiosa a todos os credos. É preciso decolonizar a laicidade para torná-la efetivamente protetora da liberdade religiosa e não uma máscara para o imperialismo universalismo-localizado dos credos cristãos no Brasil, sobre o manto da suposta neutralidade da laicidade do Estado.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T.W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BARDIN L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BERGER, P. L. *O Dossel Sagrado: elementos para uma sociologia da religião*. Tradução José Carlos Barcellos. São Paulo: Paulinas, 2013.

BLANCARTE, R. O porquê de um Estado laico. In: LOREA, R. A. (Org.). *Em defesa das liberdades laicas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. p. 19-32.

CASANOVA, J. Reconsiderar la Secularización: Una perspectiva comparada mundial. *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, Madrid, n. 7, p. 1-20, nov. 2007.

_____. The Secular and Secularisms. *Social Research*, Winter; v. 76, n. 4, p. 1049-1066, 2009.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*, 23 reimpressão, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

GIUMBELLI, E. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. *Religião & Sociedade* [online]. vol.28, n.2, pp. 80-101. 2008.

_____. *O fim da religião: dilemas da liberdade religiosa no Brasil e na França*. São Paulo: Attar Editorial. 2002.

LASSALLE, F. *Que é Uma Constituição?* Tradução Walter Stönnner. São Paulo: Edições e Publicações Brasil, 2008

MARIANO, R. *Análise sociológica do crescimento pentecostal no Brasil*. 2001. 285f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

PIERRUCCI, A. F.; PRANDI, R.. *A realidade social das religiões do Brasil: religião, sociedade e política*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

PIERRUCCI, A. F. Secularização em Max Weber: Da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 13, n. 37, 1998.

SANTOS, B de S., MENESE, M. P. *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 2009.

WEBER, M. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

CAPÍTULO 6

REPENSANDO O SUJEITO CONTEMPORÂNEO E SUA BUSCA PELO “SAGRADO” NA SOCIEDADE DA SEDUÇÃO

Data de aceite: 02/05/2022

Marjone Socorro Farias de Vasconcelos Leite

Doutoranda em Ciências da Religião pela UNICAP. Professora do Ensino superior em Recife

RESUMO: O nossa intenção do estudo traz no contexto a perspectiva do sujeito contemporâneo voltado para um hedonismo, enquanto individualismo. No qual, esse sujeito sofre as influências do modo de produção capitalista. Bem como a sedução e consumo material, dentre outras seduções do mundo contemporâneo, as quais envolvem os indivíduos sociais em circunstâncias de contentamento aparente. Sobre essas condições sociais, o sujeito no desejo de estar bem ele busca o ‘sagrado’.

PALAVRAS-CHAVE: Sujeito, hedonismo, consumo, ética e individualismo.

RETHINKING THE CONTEMPORARY SUBJECT AND HIS SEARCH FOR THE “SACRED” IN THE SOCIETY OF SEDUCTION

ABSTRACT: Our intention of the study brings in the context the perspective of the contemporary subject facing a hedonism, as individualism. In which, this subject suffers the influences of the capitalist mode of production. As well as seduction and material consumption, among other seductions of the contemporary world,

which involve social individuals in circumstances of apparent contentment. Under these social conditions, the subject, in the desire to be well, seeks the ‘sacred’.

KEYWORDS: Subject, hedonism, consumption, ethics and individualism.

1 | INTRODUÇÃO

Quando pensamos sobre as vivências dos indivíduos humanos em sociedade no atual contexto social, identificamos um “sujeito” com uma vulnerabilidade de ser no mundo. Esse “sujeito” apresenta características inclinadas para a sedução do consumo material na sociedade vigente. Nesse contexto podemos identificar uma sociedade da sedução por meio do consumo. Desse modo, não podemos esquecer que a “sedução”, “[...] cria apenas ilusões, hipocrisias, simulacros que buscam ser tomados como realidades [...]” (LIPOVETSKY, 2017). Nessa linha de raciocínio o nosso “sujeito” busca inquietante por encontrar a mais realizável condição de contentamento para estar bem e não se realiza. Sendo assim, cresce nessa subjetividade um desejo de buscar o transcendente. E aí podemos afirmar que diante dessa necessidade, o “sujeito” busca na Religião uma forma de se realizar enquanto sujeito de si mesmo. Ao mesmo tempo nos parece cabível apresentar os conceitos de “Ética e Moral”, pois há necessidade de compreender o “sujeito”,

enquanto Ser no mundo incluso na sociedade de consumo. Quando falo em “Ser no mundo” nos referimos ao “sujeito”, ao “homem”, sendo humano, vulnerável ao estar no mundo. O “homem”, entendido como ser criado por um “criador”, Ser Absoluto, podendo ser “Sagrado”. Sendo assim, enquanto ser de buscas, o sujeito contemporâneo se revela para encontrar do “sagrado”, que há nele em harmonia como o seu criador. Entendemos a religião como veículo mediador nessa busca. Eis o motivo pelo qual o homem, ser de uma beleza indescritível e ao mesmo tempo de uma complexidade admirável, se vê em suas vivências seduzido pela realidade da sedução, dos desejos e se envolve sem limites no consumo material das coisas como atributo natural a ele mesmo.

Para ir ao encontro com a realidade circundante, o sujeito contemporâneo necessita de refletir sua condição de harmonia social, aqui os conceito de ética e de moral vêm contextualizar e organizar as atitudes e seus comportamentos em coletividade. Que paradoxo, a sociedade seduz e cobra do “sujeito” a harmonia em coletividade, pois a moral se estabelece como limites para as relações e harmonia entre os seres e a ética é convocada a dinamizar as relações sociais.

Podemos observar que, ao longo da história, o homem, na sua subjetividade sempre buscou a relação com o “sagrado”. E essa relação se dá por meio da experiência com o “sagrado”. Para tanto, por “sagrado” se entende que é : “[...] todo objeto ou pessoa, tempo ou espaço, que ganha caráter simbólico e abre um portal para a experiência do divino, da transcendência, da santidade [...]” (ARAGÃO, 2019). Entendemos como algo que faz parte de sua essência humana. Se entender e compreender o mundo, De modo que a presença do transcendente sempre esteve presente nas relações do ser humano e permanece presente no “sujeito contemporâneo”. O “Religar-se”, relação do homem com o “sagrado” está em toda e qualquer sociedade, desde as mais simples até as mais complexas, isso na sua forma de ser, nos seus sentimentos, nas suas ações e nas formas de ser nos seus cotidianos. É nesse estado de ser que encontramos a forma divina do homem em busca do encontro com o “Sagrado”. Motivo pelo qual até os dias atuais o homem vive buscando essa ligação. Enquanto, ser único, o homem, “sujeito” contemporâneo se permite a buscar o Absoluto, o qual aqui nos referimos como “Deus”.

2 | VIVÊNCIAS DO SUJEITO CONTEMPORÂNEO E SUA BUSCA PELO “SAGRADO”

Diante das vivências no atual contexto social, o “sujeito” contemporâneo demonstra uma busca e se relaciona com o universo circundante por vários modos de ser. Sabemos que nessas buscas pelo está no mundo em consonância com a sabedoria divina, ou a busca pelo “Sagrado”, existem mediações como as religiões ou ainda o contato com a espiritualidade. Contudo, o que podemos afirmar é que, a maioria das consciências humanas apesar de fazerem questionamentos a respeito da busca de Deus, entender a

existência, o princípio e o fim, pensar o transcendente, seguindo esse raciocínio também se buscam outros contentamentos, como os prazeres do mundo material.

Pois, quando pensarmos que para a maioria das pessoas em sociedade, a ética e a moral parecem coisas do passado, mas o que podemos destacar é um modo de produção capitalista, sistema econômico, sem limites com suas publicidade carregadas de ilusões e fantasias, seduzindo as criaturas a um novo modelo de ser no mundo. Nesse contexto identificamos as condições de vivências do sujeito contemporâneo ganhando novas roupagens, que os levam aos desejos insaciáveis, esquecendo os valores essenciais para o bem estar do ser humano. Desse modo, arrunou-se as ideologias revolucionárias, dissolveu-se as últimas estruturas tradicionais da coletividade, priorizando assim os valores da felicidade e do bem-estar privado (LIPOVETSKY, 2020). Mas, essa “felicidade”, enquanto satisfação e contentamento na sociedade de consumo está cada vez mais paradoxal, pois não só contraria o modo de vida como deixa os indivíduos infelizes. Para tanto, concordamos com as reflexões de Lipovetsky:

“ [...] Em todo caso, o hiperconsumidor pode ter acesso a prazeres sempre mais numerosos e frequentes, provar os gozos incontáveis dos lazeres, das evações e da mudança. Se esses consumos não são sinônimos de felicidade, não deixam de ser, muitas vezes, fontes de reais satisfações [...]” (2017, p.17).

De modo que, o consumo na contemporaneidade passa de um modelo tradicional para um paradigma de consumo hedonista individualista. Onde as relações com o prazer se reduzem a uma diversificação de novos valores, não entendidos como essenciais. Nesse contexto podemos entender que os consumidores tornaram-se cada vez mais imprevisíveis quanto ao desejo do adquirir, do exibir, do mostrar, do “ter”. É uma verdadeira busca de felicidades privadas, onde cada um ser demonstra suas aquisições e suas competências no acesso aos objetos desejados.

Também nesse seara de consumo, observamos a busca do contentamento privado no que diz respeito aos seus corpos. Nesse sentido a “ [...] conquista de espaços-tempos personalizados servem de base à dinâmica consumista: a era ostentatória dos objetos foi suplantada pelo reino da hipermercadoria [...]” (LIPOVESTSKY, 2017, p.43). De modo que o fetiche pelo luxo, pelas marcas e pela individuação se mostra mais patente nas relações e nos cotidianos dos sujeito contemporâneos.

Em a estetização do mundo podemos destacar uma ética estética de massa, na qual o autor realça o ideal estético de uma vida voltada para os prazeres:

“ [...] dos sentidos e das imagens, os deleites da música e da natureza, as sensações do corpo, jogo das aprências, a frivolidade da moda, as viagens e os jogos, a multiplicação das aparências sensitivas. A sociedade transestética coincide com a desqualificação das morais ascéticas em benefício de um modelo estético da existência centrado nas satisfações sensíveis, imediatas e renovadas: em suma, uma ética hedonista de realização pessoal” (LIPOVETSKY, 2015, p.272).

Refletindo sobre a estetização em sociedade, identificamos que há uma legitimidade por parte da maioria das pessoas. Pois, a essa reflexão podemos afirmar que o comportamento dessas pessoas chegam a ser considerados como o comportamento de massa. Lipovetsky afirma que esses comportamentos chegam a confrontar com um outro conjunto de valores como: “saúde, trabalho, eficácia e educação, o respeito pelo meio ambiente, as exigências superiores sa moral e da justiça” (2015, p.13).

Então, para o homem, enquanto sujeito contemporâneo envolvido pelos comportamentos da individuação, do hedonismo marcado pelo bem viver regidos pelos paradigmas do consumo encontramos os desregramentos, as injustiças dentro dessa revolução global.

Para esses contextos de prazeres hedonistas que fogem ao regramento e a preocupação com a ética e a moral em sociedade, vamos nos deparar com o consumo cada vez mais intenso e impostos de forma similar em todas as instituições sociais.

No que diz respeito ao divertimento, o consumo de desejos está na música, esportes, espetáculos, nos espaços de vendas, nos produtos de beleza, na higiene pessoal, na moda, nos filmes, na literatura, enfim, o consumo chega em tudo, porém não igualmente para todos. Em a Era do Vazio, Lipovetsky, fala:

“ [...] quando o social é desativado, o desejo, o prazer e a comunicação se transforma nos únicos 'valores' e o psi, nos grandes pregadores do deserto. A era psi começa com a desserção de massa (a maioria das pessoas) e a libido é um fluxo do deserto” (2005, p. 25).

Essa passagem, nos remete ao operacinalismo das consciências, das massas (LIPOVSTKY, 2005) maioria das pessoas no coletivo), onde os sujeitos são conduzidos pelas novas crenças, pelos desejos mais que intrínsecos da natureza não reflexiva.

O que nos parece é o esvaziamento do “eu”, de suas identidades, onde o narcisismo se faz presentificar e a personalidade é praticamente domada. Na sociedade dos desejos insaciáveis, o consumo reina, protagoniza e se faz poderoso, as identidades se organizam pelo conjunto em que todos pensam em si mesmos, esse é o rumo da sociedade de hiperconsumo.

Podemos afirmar que nesse sentido, a pós-modernidade aparece como a democratização do hedonismo e a consagração do “novo”. Aqui nos deparamos com o modelo de sociedade hiperdiferenciada, em que surge a valorização dos comportamentos individuais livres das convenções rígidas impostas pelas regras sociais. Nessas condições, temos as crises de gerações, a revolta das mulheres, as culturas rock e pop, dramas das terceira e quarta idade e demais condições do novo modelo de vida que foi introjetado pelas mudanças sociais. Contudo, o que nos chama atenção é a questão da ética hedonista.

O individualismo como um processo de individuação, o chamado sujeito “coll”, essa indiferença pela condições de sociabilidade e participação da vida em coletividade. Essa está em uma condição de perda irreparável. O ser humano existe para participar,

partilhar, colaborar, compartilhar, e para essa condição se faz necessário a interação social, o crescimento humano pra se buscar o transcendente e que sabe, o “Sagrado”, se faz a partir da “partilha” (LIPOVETSKY, 2005).

Muito embora, as mudanças na vida social tenha uma dinâmica histórica, em que o ser humano sempre procurou se perguntar pela existência de um “ser criador” ou gerador, ou ainda gerador de tudo que existe no universo, essas dúvidas permanecem nas consciências humanas apesar do tempo. Essa realidade perpassa pela condição deixada pelo capitalismo de consumo (LIPOVETSKY, 2005).

Então, partindo do princípio de que diante das possibilidades do que é pensar o ‘Sagrado’, na construção do indivíduo na sociedade contemporânea com todos o modelo de uma coletividade voltada para o “ter”, podemos refletir e demonstrar por meio da filosofia, destacando o pensamento de Plotino. Destinados a buscar o amparo na existência de um Deus presente no cotidiano do sujeito contemporâneo. Ainda que seja de forma atemporal. Pois, embora a filosofia de Plotino tenha seu contexto no século dois depois de Cristo, ela pode dialogar com filosofias contemporâneas como citamos o pensamento de Lipovetsky.

Sendo assim, segundo o pensamento plotiniano, conhecer um “Ser” absoluto, é buscar a “vida feliz” para conhecer a felicidade, bem como está no mundo é uma condição para buscar as ideias que brilham no intelecto humano permitindo uma passagem para o encontro com o “Absoluto” (REALE, 1992).

Muito embora, diante de tantos questionamentos, cabe esclarecer a busca, o amparo da existência de Deus, não apenas como fuga e refúgio em um Ser “Sagrado”. Aí cremos entender a natureza divina do Ser representado quanto a natureza humana e se faz necessário refletir sobre os fundamentos do ethos na coletividade.

A priori no contexto atual, para justificar o nosso estudo vale realçar os fundamentos necessários para as seguintes demonstrações filosóficas e científicas, em que a racionalidade como uma via que conduz a sabedoria (GRONDIN, 2012, p.22).

Também a filosofia da religião, enquanto área de conhecimento afim nas Ciências Humanas e das Ciências da Religião se dispõem à reflexão sobre a essência da religião, a ética e a moral, a alma e de Deus. Temas que estimulam aos questionamentos sobre as práticas humanas, temas também chamados de gigantes. Por isso repensemos e investiguemos devido às propostas filosóficas aqui estritamente relevantes.

Todavia, podemos observar vários contextos em que a religião é demonstrada no mundo das convenções científicas, vamos salientar uns poucos realçes nesse campo de investigação. O bom é que hoje a ciência moderna nos permite curar as neuroses universais impostas pelo desconhecimento dos fenômenos de natureza religiosa, que a relação com o transcendente pode causar. Nesse contexto, Freud faz uma crítica, colocando o “desamparo” como uma ilusão. Pois, o homem em suas conquistas no universo se envolve com a crença de uma relação com a que ele chama de algo ‘etérea’. (FREUD, 1927).

Mas ainda, o homem, enquanto animal, e em toda sua vulnerabilidade perante a

natureza e sua fragilidade perante as vivências em sociedade, ele não domina, se entrega e deixa de humanizar as condições impostas sobre si mesmo.

Também as desigualdades se estabelecem entre os homens, “sujeito” contemporâneos nos mais variados campos, é no campo econômico, político e social e nelas o ator principal é um ser de desejo, de individuação e essencialmente individualista. Pois, ele busca o prazer pelo prazer, a tudo requer para si mesmo, com a finalidade de si beneficiar, de ter mais e ser mais. E é nesse contexto social que a religião se faz necessária e institui para a maioria dos humanos.

Pois, a busca pela felicidade e contentamento do sujeito contemporâneo pelo consumo deixa de ser a única fonte dos desejos e felicitações, porque essa não mais sacia suas vontades. Ficando assim, a necessidade de buscar o “Sagrado” por meio da espiritualidade e ou da religião.

Entendemos que a religião sendo sistema de orientação e um objeto de devoção, os símbolos religiosos evocam sentimentos de reverência e de admiração, de apego e crenças, que em geral estão associados a um ritual de fé com sentimentos e experiências humanas em relação ao Sagrado. Isso, demonstra a relação de “confiança”, de busca e de encontro com o Transcendente, relação de quietude e esperança.

Muito embora, entendamos a Espiritualidade como sendo uma característica de todo ser humano, ela pode ser cultivada ou não. Assim sendo, uma das formas de pôr em prática a espiritualidade humana é por meio da religião. Nesse sentido, podemos dizer que a religião é posterior à espiritualidade e uma manifestação dela.

Então, nessa relação de encontro do sujeito contemporâneo com a Espiritualidade e Religiosidade, o Ser humano se questiona sobre: o sentido da vida, da sua existência no mundo. E o que as Religiões do Mundo em geral podem traduzir respostas e demonstrar acolhimento e muitas vezes cura para ansiedade, angústias, medos, muitas vezes esses entendidos como “males”.

Pois, estando o sujeito em sua busca do sentido para a existência na existência, não necessariamente o sentido último, mas uma condição para se conectar com o Sagrado por meio da religiosidade. A espiritualidade induz o indivíduo a buscar sentido para a vida, pois no encontro com a religiosidade esta busca abarca também o além da vida.

3 | METODOLOGIA

No que diz respeito a teoria adotada para efetividade desse estudo nos provocou um repensar, daí a criticidade. No âmbito da filosofia prática partimos do exercício dialético, como revendo os argumentos e confrontando entre pensadores contemporâneos e antigos, embora sempre clássicos, muito embora por meio dos fundamentos racionais. Desse modo, essas reflexões nos permitem pensar sobre as inquietações humanas capazes de provocar dúvidas e certezas sobre a existência do sujeito contemporâneo e suas vivências na busca

do “Sagrado” contido no contexto das seduções de uma sociedade da sedução.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nosso estudo encontra-se em fase de desenvolvimento, pois faz parte das reflexões abstraídas para construção de uma tese de doutoramento, no Programa de Pós- Graduação em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco, por meio de investigações sobre a “felicidade” do “sujeito” contemporâneo em uma sociedade pós-moderna com toda a sedução do mundo capitalista, nesse interim o “sujeito” busca contentamento na sua busca com o ‘Sagrado’.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que ao repensar sobre as condições de vivências do sujeito contemporâneo na sua busca do “Sagrado”, frente as seduções de consumo de uma sociedade complexa, centrada nos recursos e discursos materiais e valores efêmeros. nossas reflexões nos permitem um repensar, o modo de vida em sua essência, aparências e subjetividade do “sujeito” humano para além de uma condição de estar no mundo. Pois, o sujeito contemporâneo está apto para o desafio com sua natureza humana, mesmo que esse sujeito deseje ter liberdade para estar mais próximo do transcendente, quem sabe uma certa “felicidade”.

REFERÊNCIAS

FREUD, Sigmund. (1927b) *O futuro de uma ilusão*. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GRONDIN, Jean. *Hermenêutica*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2012.

LIPOVETSKY, Gilles. *A Era do Vazio, ensaios sobre o individualismo contemporâneo*. Trad. Therezinha Monteiro Deutsch. Barueri - SP, Manole, 2005.

LIPOVETSKY, Gilles. *A Sociedade da sedução, democracia e narcisismo na hipermodernidade liberal*. Trad. Idalina Lopes. Barueri - SP, Manole, 2020.

LIPOVETSKY, Gilles. *A Felicidade Paradoxal, ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. *A Estetização do Mundo, viver na era do capitalismo artista*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

REALE, Giovanni. *Plotino e Neoplatonismo em História da Filosofia Grega e Romana*. 2ª ed., Vol. VIII, Trad.: Henrique Cláudio de Lima Vaz; Marcelo Perine. São Paulo, Edições Loyola, 1992.

ARAGÃO, Gilbraz, 2019. Acesso: às 19:00 hs, 22/03/2022. EXPERIÊNCIAS DE SAGRADO FAVORECEM DIÁLOGO?! (unicap.br) <https://www1.unicap.br/observatorio2/?p=4749>

ARAGÃO, Gilbraz, 2019. Acesso: às 19:00 hs, 22/03/2022. EXPERIÊNCIAS DE SAGRADO FAVORECEM DIÁLOGO?! (unicap.br) file:///C:/Users/marjo/Downloads/subjetividade-contemporanea.pdf

SOBRE OS ORGANIZADORES

MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO – Pós-Doutor em Educação pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra - Portugal (PFCE/UC, 2014-2016). Pós-Doutor em Formação Docente, Identidade e Gênero pelo Instituto Politécnico da Escola Superior de Educação de Coimbra - Portugal (ESEC, 2017-2021). Doutor em Ensino (Educação Matemática e Tecnologia - pela UNIVATES, 2018/2022). Doutor em Ciências da Religião (Religião, Sociedade e Cultura/Movimentos Sociais - pela PUC-Goiás, 2010-2014). Doutorando em Educação (Estudos Culturais - pela ULBRA, 2020-). Possui Mestrado Profissional em Teologia - Educação Comunitária, Infância e Juventude (EST/UFRGS, 2008-2009) e Mestrado Acadêmico em Ciências da Educação (UEP, 2007-2009). Graduado a nível de licenciatura em: Matemática (UEG), Pedagogia (ICSH/UFG), Filosofia (FBB) e Ciências Sociais (Faculdade Única) e, bacharelado em teologia (FATEBOV). Atualmente é Professor Titular C-II da Fundação Municipal Integrada de Ensino Superior (FIMES / UNIFIMES) desde 2014 (onde atua em atividades de ensino, pesquisa e extensão na graduação e pós-graduação) e Professor P-IV da Secretaria Estadual de Educação de Goiás (SEDUC) desde 1999 na área de Matemática. Atua, ainda, como Docente Permanente nos seguintes Programas de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado) da Fundação Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), Linha 1 Currículo, Formação Docente e Diversidade (Cooperação técnica nº 1038/2019. Publicado no D. O. nº 10038 de 28/11/2019), Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado) da Faculdade de Inhumas (PPGEDU-FACMAIS), Linha 1 Educação, Instituições e Políticas Educacionais (EIPE) e, do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) (Colaboração Técnica, sem vínculo empregatício), na Linha 2 Novas Formas de Subjetivação e Organização Comunitária. Coordenador do Grupo de Pesquisa (NEPEM/UNIFIMES-CNPq); Colíder do Grupo de Pesquisa em Educação, Tecnologias Sociais e Desenvolvimento no interior do Amazonas (do IFAM). Associado na ANPED/Nacional. Associado na APEDUC - Associação Portuguesa de Educação em Ciências. Membro da Comissão Editorial da Revista Científica em Educação da FACMAIS (2020 -); Membro do Comitê Científico da Editora Atena (2019 -); Editor da Revista Científica Novas Configurações Diálogos Plurais (2020 -). Membro do Comitê Científico da área Ciências Humanas da editora Publishing. Avaliador do Guia da Faculdade (2020-). Avaliador de Cursos e Instituições cadastrado no Conselho Estadual de Goiás - CEE/GO. Pesquisador cadastrado no ORCID e no ResearchGate. Tem experiência na área da Educação atuando no eixo da Diversidade. Atualmente interessa-me pesquisa em dois grupos temáticos: I Processos Educativos: Formação de Professores, Políticas Educacionais, Currículo, Desenvolvimento Profissional, Ensino e Tecnologia; II Estudos Culturais: Identidade, Representação, Gênero, Violência, Negritude, Religiosidade e Cultura.

MARCELO APARECIDO DA SILVA - Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Aldeia de Carapicuíba (FALC). Especialista em Gestão em Orientação e Supervisão Escolar (FAEL). A nível de graduação, tem Licenciatura em Matemática pelas Faculdades

Integradas de Fernandópolis (FIFE), Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Iguazu (UNIG). Coordenador Pedagógico efetivo da Rede Municipal de Ensino de Álvares Florence-SP desde 2015. Assessor de Supervisão de Ensino na Rede Municipal de Ensino de Álvares Florence-SP desde 2021. Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PGEDU-UEMS) da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS, Unidade de Paranaíba), Linha de Pesquisa: Currículo, Formação Docente e Diversidade (2021)

MÉRCIA MARTA MEDEIROS – Mestranda em Educação pela Faculdade de Inhumas – FACMAIS. Especialista em Linguística Língua Materna pela Universidade Estadual de Goiás – UEG. Especialista em Literatura Brasileira pela UEG e Graduada em Letras – Português e Inglês, pela UEG.

ÍNDICE REMISSIVO

C

Consumo 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50

Cultura de paz 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7

D

Diversidade religiosa 1, 2, 3, 5, 39, 42

E

Ecumenismo 15, 20, 35

Ética 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48

G

Grupos psicoterapêuticos 1, 3, 4

H

Hedonismo 44, 47

Honra e vergonha 23, 24, 26, 27, 28, 29

I

Identidade cultural 23, 24

Individualismo 44, 47, 50

J

Jovem Libanês 23, 24, 25

L

Laicidade 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 42

Líbano 23, 24, 25, 26, 28, 29

Liberdade religiosa 6, 31, 32, 34, 35, 38, 39, 42, 43

M

Maria 6, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 31, 32, 38, 50

P

Políticas sociais 8

Práxis 6, 8, 9, 14

R

Racismo religioso 32

Religiões de matriz africana 31, 32, 33, 34, 36, 39

S

Secularização 31, 33, 34, 35, 43


Sujeito 41, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50


T


Teologia pública 8, 9, 13, 14




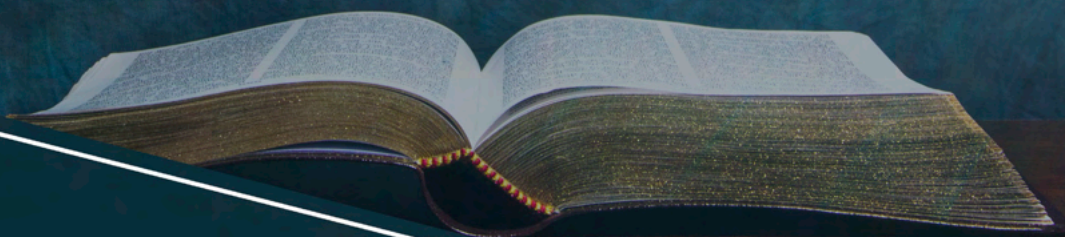
Religião e sociedade: Hegemonia ou submissão 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 


[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 


www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



Religião e sociedade: Hegemonia ou submissão 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 